



Grupo Estratégico de Análise da
Educação Superior no Brasil

ISSN 2317-3246

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

UMA ANÁLISE DE DOIS CICLOS COMPLETOS DO ENADE (2004 a 2009)

Dilvo Ristoff

Cadernos do GEA, n. 4, jul./dez. 2013

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Brasil

Pablo Gentili – Diretor

Marcelle Tenório – Assistente de Direção

Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior/Fundação Ford

André Lázaro – Coordenador

Laura Tavares – Coordenadora Acadêmica

Margareth Doher e *Kathia Dudyk* – Assistentes de Coordenação

Leidiane Oliveira e *Dyana Fasciotti* – Estagiárias

Laboratório de Políticas Públicas/UERJ

Emir Sader – Coordenador

Carmen da Matta – Coordenadora de Publicações e Projetos Institucionais

Cláudia Calmon – Coordenadora de Projetos

Silvio Cezar de Souza Lima – Coordenador de Projetos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

C122 Cadernos do GEA . – n.4 (jul./dez. 2013). – Rio de Janeiro :
FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-
v.

Semestral

ISSN 2317-3246

1. Ensino superior – Brasil – Periódicos. 2. Inclusão social – Brasil
– Periódicos. 3. Democratização da educação – Brasil – Periódicos. I. Grupo
Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas.

CDU 378(81)(05)

André Lázaro e *Laura Tavares*

Editores

Carmen da Matta

Editora Executiva

Marcelo Giardino

Projeto Gráfico e Diagramação

FLACSO-Brasil/GEA-ES/LPP-UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F

Maracanã – CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2334-0890/ <http://www.flacso.org.br/gea/>

SUMÁRIO

Editorial	2
<i>Laura Tavares</i>	
Introdução	5
1. Perfil do estudante de graduação	7
2. Cor do estudante de graduação e cor dos cursos	8
3. Renda familiar do estudante no <i>campus</i> e nos cursos	12
4. Origem escolar do estudante de graduação e cursos	14
5. Estudante trabalhador e cursos de graduação	17
6. Escolaridade dos pais e cursos de graduação	18
7. Principais constatações	19
Considerações finais	21
Referências Bibliográficas	23
Anexo	24

EDITORIAL

Laura Tavares¹

Este número 4 dos *Cadernos do GEA* traz um estudo do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação no Brasil. Os dados são do Questionário Socioeconômico (QSE), aplicado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), formulado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e cobrem dois ciclos de aplicação, do período de 2004 a 2009. O estudo recorta uma base de dados bastante ampla e analisa aspectos relevantes, tratando de estabelecer uma relação com as políticas públicas de expansão e democratização do acesso à educação superior.

A democratização do acesso à educação superior está profundamente relacionada às precárias condições socioeconômicas de parcela majoritária dos nossos jovens. Em um país tão desigual como o Brasil, os jovens sofrem consequências particulares dessa desigualdade – como a baixa escolarização; a dificuldade para entrar e permanecer no ensino médio; e as enormes barreiras para entrar e permanecer no ensino superior. Diante desse quadro, é impossível pensar em uma democratização do acesso para a imensa maioria dos jovens brasileiros sem a intervenção de políticas públicas específicas.

Com esse espírito, foi promulgada (tardiamente, “a reboque” de uma série de medidas já tomadas pelas universidades) a Lei nº12.711/2012, em agosto de 2012,² também conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de pelo menos 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para os jovens que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O estudo a partir dos dados do Enade mostra que, do 1º para o 2º. ciclo, o percentual dos que estudaram exclusivamente em escola pública de ensino médio passou de 46% para 51% – já alcançando o estipulado pela lei. Vale lembrar, no entanto, que a grande maioria (87% em 2009) dos alunos de ensino médio no Brasil estudam na rede pública.

Além disso, a lei também determina que metade dessas vagas deve ser preenchidas por alunos cujas famílias possuem renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Mais uma vez essa reserva de vagas procura atender

¹ Pesquisadora e membro do Conselho Acadêmico da FLACSO-Brasil. Foi Professora (1979-2013) e Pró-reitora de Extensão (2005-2011) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

² A lei aplica-se estritamente às instituições federais – institutos e universidades – vinculadas ao MEC, que, segundo o Censo da Educação Superior 2011 do Inep, representam 15,3% das 6,7 milhões de matrículas registradas nesse ano. Como as públicas estaduais não estão diretamente vinculadas ao sistema federal, não estão submetidas à determinação legal. Isto explica, mas não justifica, a ausência de políticas públicas de expansão e democratização que sejam assumidas pelos governos estaduais.

(embora apenas com 25% do total de vagas) uma enorme parcela dos jovens brasileiros. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE de 2012,³ dos jovens entre 16 e 24 anos que trabalham, 43% deles possuem um rendimento mensal, em todos os trabalhos, de até um salário mínimo. Se tomarmos como base os mesmos dados, 43,5% dos jovens entre 16 e 24 anos correspondem aos dois primeiros (mais baixos) quintos da distribuição da renda familiar *per capita*. O estudo sobre o perfil socioeconômico do Enade revela que apenas 18% dos estudantes de graduação se encontram nessas faixas de renda mais baixas.

Por outro lado, observa-se que, em 2009, existia um percentual de 21% dos estudantes com rendimento familiar mensal superior a dez salários mínimos. Há, portanto, um contraste com a renda das famílias na sociedade brasileira, em que o percentual nessa faixa é de apenas 7%. No entanto, o estudo mostra que em seis anos a proporção de estudantes de graduação nessa faixa de renda foi reduzida em 7%.

Ainda do ponto de vista da análise da renda, o estudo aqui apresentado mostra que mais de um terço (34%) dos estudantes pesquisados nos dois ciclos do Enade situam-se na faixa de renda mensal familiar de até três salários mínimos. Ao contrastar com os dados da Pnad-2011, o estudo mostra que o percentual de famílias que se situam nessa faixa de renda chega a 52%. Porém, constata que entre o primeiro e o segundo ciclo de aplicação do questionário houve um aumento de 11% no número de estudantes nessa faixa de renda, chegando, portanto, a 45% (mais próximo da proporção das famílias brasileiras).

Outro indicador social importante é o número de jovens já inseridos no mercado de trabalho em 2012.⁴ Entre 16 e 24 anos, quase três milhões e meio de jovens trabalhavam. Já a taxa de ocupação é bem diferenciada entre os dois grupos: de 16 a 17 anos era de 28,6%, enquanto que entre 18 e 24 anos a taxa sobe para 62,2%. Do total de jovens entre 16 e 24 anos, somente 14,5% deles trabalhavam e estudavam em 2012. Sabe-se perfeitamente que o trabalho precoce gera enormes obstáculos para que o jovem estude. Daí a importância, no caso da educação

³ Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf.

⁴ Idem.

superior, que sejam ofertados cursos noturnos para estudantes trabalhadores. Os dados apresentados neste número dos *Cadernos do GEA* mostram que aproximadamente 56% dos estudantes de ensino superior pesquisados pelo Enade (2º. ciclo: 2007, 2008 e 2009) trabalhavam e estudavam – percentual bem maior que o encontrado nos jovens brasileiros.

O fato de que mais da metade dos estudantes trabalhem indica estratégias das IES públicas para incorporar o estudante trabalhador. A principal dessas estratégias é o curso noturno. No entanto, vale destacar que no conjunto de matrículas no ensino noturno, as universidades federais continuam apresentando participação minoritária, com 28,4% das suas matrículas presenciais em 2010. Em contraste, nas estaduais, 45,8% das matrículas presenciais, em 2010, são nos cursos noturnos. Na rede municipal essa proporção sobe para 76,2%, e na rede privada ela é de 72,8%.⁵

A Lei nº 12.711/ 2012 também prevê a reserva de vagas com critérios raciais. Das vagas reservadas para escolas públicas (50% do total), um percentual (determinado pelos dados do último Censo do IBGE para cada UF) é destinado, por curso e turno, aos estudantes auto-declarados pretos, pardos e indígenas.

Por outro lado, essa proporção não atinge a existente no ensino médio, em que mais de 80% dos alunos estão na rede pública e a presença de negros e pardos fica na faixa de 45,2%.

A escolaridade dos pais é outro importante indicador apresentado pelo estudo. Sabe-se que o nível de escolaridade da nossa população é uma *proxy* do nível de renda. Como foi visto acima, a maioria das famílias brasileiras ainda apresenta baixos níveis de renda, acompanhados por baixos níveis de escolaridade. A média de anos de estudo da população acima de 25 anos de idade era de 7,3 anos em 2011.⁸ A análise da escolaridade dos pais dos pesquisados também permite inferir a chamada *mobilidade social ascendente*, não mais pela renda mas pelo aumento de escolaridade dos filhos.

O estudo em pauta permite, ainda, identificar, nos dois ciclos do Enade a permanência da segregação dos estudantes de graduação por curso e a correlação dos indicadores apontados acima. Os cursos que possuem estudantes com pais de nível superior de escolaridade são também os que possuem estudantes mais brancos, mais ricos e oriundos de escolas privadas de ensino médio. Verifica-se, portanto, a importância que a reserva de vagas

Um fenômeno de extrema relevância é o de que em alguns dos cursos analisados verifica-se que um alto percentual de estudantes passou a ser a primeira geração universitária da família. Este é um indicador extremamente importante na análise da chamada mobilidade social ascendente, bem como na redução da desigualdade social baseada nos anos de escolaridade.

O estudo mostra que do 1º para o 2º ciclo, o percentual de estudantes brancos, absolutamente majoritários, baixou de 70% para 65%. O dos estudantes pardos, majoritários na população, aumentou de 22% para 24%, e o dos estudantes negros, aumentou de 5% para apenas 6%; totalizando 30% para a soma dos dois grupos (pretos e pardos). Em contraste, os dados da Pnad 2012⁶ mostram que do total de jovens entre 18 e 24 anos que estão no ensino superior, apenas 9,1% são pretos e pardos,⁷ proporção bem inferior, portanto, à constatada no estudo.

⁵ MEC/Inep. Censo da Educação Superior 2010. Brasília, out./2011.

⁶ Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf

⁷ A Pnad soma os dois grupos.

seja feita por curso, e não apenas por instituição. Por outro lado, destaca-se o acerto da política de reserva de vagas de 50% para as escolas públicas, em que seus alunos apresentam condições socioeconômicas mais próximas às dos jovens brasileiros.

Em matéria de distribuição de renda, a se manter o ritmo apontado no estudo, com as atuais políticas e as presentes condições de distribuição de renda, seriam necessários mais dois ciclos completos do Enade para que se atinja uma *paridade* de representação das faixas de renda entre a sociedade e a universidade (federal, no caso⁹). Mesmo assim, pode-se afirmar que a concentração

⁸ Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf.

⁹ Aponta-se aqui, como absolutamente necessário, que as políticas e os estudos atinjam também as universidades públicas estaduais e municipais.

de renda na maioria das universidades (especialmente as antigas) ainda possui um patamar mais elevado que a brasileira.

Apesar das persistentes desigualdades ainda encontradas nas IES, a partir do estudo dos dados de dois ciclos do Enade (até 2009, portanto), pode-se inferir que a política pública de expansão aliada à democratização já produz seus efeitos. Outra informação importante a ser destacada é que a chamada Lei de Cotas só foi promulgada em 2012. Portanto, seus impactos ainda não podem ser avaliados a partir dos desses dados disponíveis.¹⁰

Um fenômeno de extrema relevância é o de que em alguns dos cursos analisados verifica-se que um alto percentual de estudantes passou a ser a primeira geração universitária da família. Este é um indicador extremamente importante na análise da chamada mobilidade social ascendente, bem como na redução da desigualdade social baseada nos anos de escolaridade.

Tal como apontado no número anterior dos *Cadernos do GEA*, nosso país ainda está longe de alcançar os percentuais já alcançados por outros países irmãos da América Latina em matéria de acesso dos jovens à educação superior. Mas isto não quer dizer que não estejam sendo formuladas e implementadas políticas públicas que vão na direção da democratização do acesso. A Lei nº 12.711/2012 abre um precedente inédito no Brasil, sobretudo se levamos em conta a história das nossas universidades, criadas para atender aos filhos da elite e para manter o *status quo* vigente.

Segundo Naomar de Almeida Filho¹¹ e João Augusto de Lima Rocha,¹² “as mudanças pretendidas pelas reformas universitárias da década de 1960 (e anteriores, como os experimentos de Anísio e Darcy) foram completamente digeridas e neutralizadas pelas forças do tradicionalismo na universidade. De fato, em menos de trinta anos, as universidades brasileiras que passaram por aquela reforma já haviam recuado, quase completamente, em relação às alterações de estrutura institucional e de arquitetura curricular. Dessa forma, qualquer movimento de manutenção do modelo de educação superior ainda vigente no Brasil significa defesa de uma universidade de fato imposta pelo regime militar, em aliança com a velha oligarquia acadêmica nacional”.¹³

Cabe, finalmente, uma nota para afirmar que o acesso à educação superior não é aqui entendido apenas como uma “porta” para o mercado de trabalho. Isto é importante, mas não suficiente. Se assim fosse, bastava reproduzir as faculdades isoladas, majoritariamente do setor privado, cujo ensino é apenas voltado para o “mercado”. Os nossos jovens – especialmente os historicamente relegados – também devem ter o direito a ingressar nas universidades públicas, onde terão oportunidades de obter uma formação universal, humanista, cidadã e crítica, que os prepare para uma inserção diferenciada na sociedade. Isto também se constitui em um desafio para as nossas universidades.

¹⁰ A não ser através de estudos feitos pelas próprias IFES.

¹¹ Ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Reitor da recém-inaugurada Universidade do Sul da Bahia, além de membro do GEA/FLACSO-Brasil.

¹² Professor Associado da Escola Politécnica da UFBA, organizador do livro *Anísio em Movimento*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2002.

¹³ “Anísio Teixeira e a Universidade Nova”. [s/ref.].

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.861, de 14/04/2004, criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituindo a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes. A avaliação dos estudantes desde então vem sendo feita pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), criado pela lei do Sinaes e regulamentado operacionalmente por um conjunto de portarias do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, mais recentemente, pela Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 (republicada em 29/12/2010). O Enade, segundo a lei do Sinaes, é componente curricular obrigatório, sendo a participação do estudante habilitado condição indispensável para a emissão do histórico escolar, assim como para a expedição do diploma pela Instituição de Ensino Superior (IES).

Além da prova aplicada aos estudantes das diferentes áreas de conhecimento,¹ o Enade conta com um conjunto de instrumentos complementares, entre eles, o questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do(a) coordenador(a) do curso. Esses instrumentos fornecem informações valiosas, em larga escala, que se constituem em subsídios fundamentais para administradores, gestores, pesquisadores, estudiosos, formuladores de políticas e população em geral.

A aplicação do Enade é feita anualmente por grupos de áreas. Cada grupo é submetido ao exame somente a cada três anos. Os dados analisados no presente trabalho referem-se ao Questionário Socioeconômico (QSE) aplicado nas áreas avaliadas durante os dois primeiros ciclos completos até o presente momento. No primeiro ciclo, referente aos anos de 2004, 2005 e 2006, foram avaliados os cursos das seguintes áreas do conhecimento:

- 2004 – Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia;

¹ “Área” no Enade é entendida como conjunto de cursos. À área de Administração, por exemplo, pertencem todos os cursos de graduação em Administração do país ofertados pelas diferentes instituições. Da mesma forma, à área de Enfermagem pertencem todos os cursos de Enfermagem do país. O conceito de área do Enade, portanto, não coincide nem com o utilizado para definir as oito grandes áreas do conhecimento utilizadas pela Capes e CNPq nem com o entendimento público em geral. Para facilitar a comunicação com o grande público, utilizamos neste estudo os termos “curso” e “área” como sinônimas, deixando claro que os dados apresentados referem-se a cursos sempre em seu conjunto (o que para o Inep significa “área”) e não isoladamente.

- 2005 – Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Engenharia (em oito grupos), Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química;
- 2006 – Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores (Normal Superior), Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.

O segundo ciclo recomeça com os mesmos cursos do triênio anterior. Ou seja, as áreas avaliadas em 2007 são basicamente as mesmas avaliadas em 2004; as de 2008 são basicamente as mesmas de 2005; e as de 2009 são basicamente as mesmas de 2006. São basicamente as mesmas e não exatamente as mesmas, pois têm havido nos anos referentes ao segundo ciclo acréscimos de alguns cursos superiores de tecnologia (p.ex: Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Radiologia etc.) e de alguns cursos experimentais ou de natureza bastante singular, cursos não incluídos nas edições anteriores. Para fins de estudos foram considerados apenas as 47 áreas que participaram dos dois ciclos completos.

A cada aplicação do exame, os estudantes devem, obrigatoriamente, preencher o QSE que o acompanha, embora não seja obrigatória a resposta a cada uma das cerca de cem perguntas que compõem o questionário. Dessa forma, tem-se a possibilidade de entender como os estudantes veem o currículo do curso que frequentam, o que pensam de seus professores, das condições gerais de oferta, das instalações físicas, das salas de aula, dos laboratórios didáticos e de pesquisa, do ambiente artístico e sociocultural do *campus*. O questionário também aborda questões sobre como se definem como pessoas, como veem seu presente e seu futuro, o que informam sobre a escola do ensino médio da qual se originaram, renda mensal de sua família, escolaridade de seus pais, sua cor, suas condições de permanência no *campus*, entre outras.

O estudo foi organizado de forma a possibilitar uma análise dos dados do QSE dos dois primeiros ciclos completos do Enade, buscando identificar, mediante análise da evolução das representações de um ciclo a outro, possíveis efeitos das recentes políticas públicas de democratização do acesso à educação superior. Isto explica a seleção intencional de dimensões diretamente associadas ao perfil socioeconômico dos estudantes.

Optou-se, desse modo, por analisar as seguintes dimensões: (1) cor do estudante; (2) renda mensal da família do estudante; (3) origem escolar do estudante; (4) escolaridade dos pais do estudante; e (5) estudante-trabalhador.

Para que o leitor possa melhor entender a origem dos dados analisados, apresentamos as perguntas feitas aos estudantes na exata formulação do QSE elaborado pelo Inep.

Com relação à cor, os estudantes do Enade responderam à seguinte pergunta: “Como você se considera?” Para a resposta havia as seguintes opções: “a) branco(a); b) negro(a); c) pardo(a)/mulato(a); d) amarelo(a) (de origem oriental); e) indígena ou de origem indígena”.

As respostas com relação à renda familiar derivaram da seguinte pergunta: “Qual a faixa de renda mensal da sua família?” As opções apresentadas aos estudantes foram: “a) até 3 salários mínimos; b) mais de 3 até 10 salários mínimos; c) mais de 10 até 30 salários mínimos; d) mais de 30 salários mínimos”.

Este processo permitiu identificar os cursos que não atendem e os que atendem aos parâmetros da Lei nº 12.711/2012.

Os estudantes também responderam à pergunta: “Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?” Para responder a esta pergunta, os estudantes puderam escolher uma entre as seguintes opções: “a) todo em escola pública; b) todo em escola privada (particular); c) a maior parte em escola pública; d) a maior parte em escola privada (particular); e) metade em escola pública e metade em escola privada (particular)”.

Aos estudantes foram ainda feitas as perguntas: “Qual o grau de escolaridade de sua mãe?” e “Qual o grau de escolaridade de seu pai?”, com as seguintes opções: “a) nenhuma escolaridade; b) ensino fundamental: de 1ª a 4ª série; c) ensino fundamental de 5ª a 8ª série; d) ensino médio; e) ensino superior”.

E, por último, para identificar os estudantes que trabalham e estudam, foi selecionada a seguinte questão: “Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso”. Foram apresentadas as seguintes opções: “a) não trabalho e meus gastos são financiados pela família; b) trabalho e recebo ajuda da família; c) trabalho e me sustento; d) trabalho e contribuo com o sustento da família; e) trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família”.

Neste estudo, essas cinco dimensões foram analisadas em cada uma das 47 áreas participantes dos dois ciclos.

Essas mesmas dimensões foram analisadas também por categoria administrativa (representação nos setores público e privado), organização acadêmica (representação nos três tipos de IES – universidades, centros universitários e faculdades), região (representação em cada uma das cinco regiões do país) e Unidades da Federação (representação nos estados e Distrito Federal).²

O objetivo neste estudo, portanto, é um pouco mais modesto: verificar o quanto o perfil dos estudantes se alterou nos dois ciclos em questão e em que áreas/cursos de graduação estas alterações ocorreram de forma mais marcante, buscando identificar o quanto a representação percentual em cada curso está distante das representações de cada um dos grupos na sociedade brasileira.

Em 29 de agosto de 2012 foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, que ficou também conhecida como a Lei de Cotas. Em seu primeiro artigo a lei estabelece que “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão (...) no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. O parágrafo único acrescenta: “no preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) *per capita*”. Esta reserva de vagas ainda atenderá a critérios raciais, como determina o artigo 3º: “as vagas de que trata o primeiro artigo (...) serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

A lei aplica-se estritamente às instituições federais – institutos e universidades – que, segundo o Censo da Educação Superior 2011 do Inep representam 15,3% das 6,7 milhões de matrículas registradas naquele ano. Se tomarmos a proporção prevista na Lei nº 12.711/2012, como referência para equilibrar a presença de alunos do ensino médio público na educação superior, podemos avaliar quantos e quais cursos estariam atendendo a essa exigência caso as instituições onde são oferecidos tivessem que cumprir os parâmetros da lei. Consideramos a lei tímida, pois atualmente 87% dos estudantes do ensino médio estão em escolas públicas, enquanto na educação superior a média é de 46% (1º ciclo) e 51% (2º ciclo). De todo modo, como foi uma proposta aprovada no Congresso Nacional, vamos utilizá-la como medida, sabendo que não há exigibilidade jurídica para seu cumprimento. Este processo permitiu identificar os cursos que não atendem e os que atendem aos parâmetros da Lei nº 12.711/2012.

² Cf. RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. In: *Cadernos do GEA*, n.3, jan.-jun./2013.

1. PERFIL DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

Com base nas respostas ao QSE, enviado a todos os estudantes selecionados para participar do Enade, foi possível identificar alguns traços marcantes do perfil dos estudantes das IES que participaram dos dois primeiros ciclos, referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006 (primeiro ciclo) e 2007, 2008 e 2009 (segundo ciclo). Destaque-se que o terceiro ciclo, referente aos anos 2010, 2011 e 2012, até o momento da realização deste estudo, ainda não havia sido concluído.³

É importante lembrar ainda que, para fins de operacionalização do exame, os cursos de graduação foram reunidos em três grupos e que cada grupo se submete ao exame de três em três anos. O primeiro grupo (composto principalmente por cursos das áreas de Ciências Agrárias e da Saúde) submeteu-se ao exame pela primeira vez em 2004 e novamente em 2007; o segundo grupo (principalmente cursos das áreas das engenharias e licenciaturas) submeteu-se ao exame em 2005 e 2008; e o terceiro grupo (principalmente cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Jurídicas) em 2006 e 2009. Como diferentes grupos tendem a ter perfil socioeconômico muito distinto, podendo haver diferenças significativas de perfil mesmo dentro de cada um, optou-se por fazer a análise dos dados

considerando os dois ciclos completos. Tem-se, desse modo, ao mesmo tempo, uma melhor compreensão do perfil dos discentes do *campus* como um todo e também dos diferentes cursos que compõem cada edição do Enade. As diferentes subculturas que convivem na educação superior brasileira podem ser muito claramente percebidas nas análises comparativas por curso, como será demonstrado adiante. Os dados aqui analisados foram gerados pelos estudantes participantes das seis diferentes edições do exame durante os seis anos acima mencionados.

Nem todos os participantes do Enade responderam a todas as perguntas, razão pela qual as análises constantes do presente estudo foram feitas a partir da informação prestada por aqueles (centenas de milhares) que efetivamente responderam à questão específica em discussão.⁴ Buscou-se mostrar os aspectos que melhor possibilitam a caracterização dos estudantes, sempre em relação aos possíveis efeitos das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação superior, em especial ao de grupos sociais historicamente excluídos.

As tabelas a seguir mostram a porcentagem de respostas predominantes em algumas, de um total de mais de cem questões selecionadas do QSE.

Nem todos os participantes do Enade responderam a todas as perguntas, razão pela qual as análises constantes do presente estudo foram feitas a partir da informação prestada por aqueles (centenas de milhares) que efetivamente responderam à questão específica em discussão.

³ Dados gerados a partir das bases do Inep por Sabrina Medeiros.

⁴ Segundo dados coletados, os estudantes que participaram de cada edição do Enade foram: 2004 – 155 mil; 2005 – 305 mil; 2006 – 488 mil. Para os anos de 2007 a 2009, os dados são do Inep (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>) apresentam os seguintes valores: 2007 – 189.614 presentes ao exame, sendo 71.004 concluintes; 2008 – 382.313 presentes, sendo 203.712 concluintes; 2009 – 88.771 presentes, sendo 35.465 concluintes. Nem todos os estudantes habilitados participaram. Para a análise do perfil socioeconômico, no estudo só foram considerados os estudantes concluintes.

2. COR DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO E COR DOS CURSOS

Na Tabela 1, busca-se comparar em termos gerais as áreas comuns avaliadas no primeiro e no segundo ciclos do Enade, com intuito de verificar a evolução da cor dos estudantes ao longo dos seis anos em que o questionário foi aplicado aos estudantes que realizaram o exame. Como muitas das perguntas do QSE do Enade foram também aplicadas aos estudantes que realizaram o antigo Provão, apresentamos esses resultados a título de comparação. É preciso fazer ressalva de que os dados do Provão são representativos apenas do pequeno universo de cursos que realizaram a prova e que responderam ao questionário, não sendo plenamente comparáveis aos resultados dos dois ciclos do Enade.

A pergunta feita aos estudantes no QSE foi: “Como você se considera?” As proporções obtidas foram:

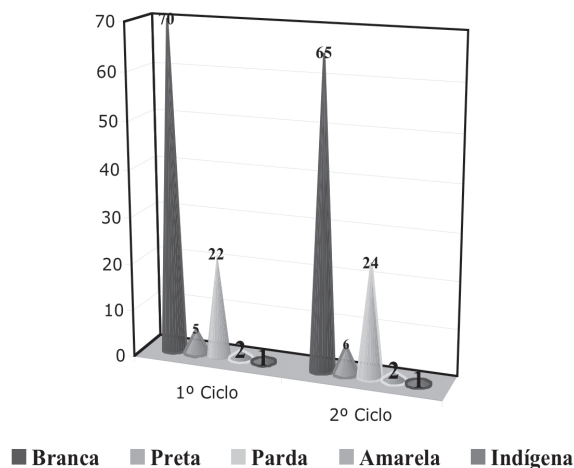
TABELA 1
ESTUDANTES POR COR (1999-2009) (%)

Cor	Provão					Enade	
	1999	2000	2001	2002	2003	1º Ciclo	2º Ciclo
Branco	81	81	78	76	73	70	65
Pretos	2	2	3	3	4	5	6
Pardos	13	14	16	18	21	22	24
Amarelos	4	3	2	2	2	2	2
Indígenas	0,4	1	1	1	1	1	1

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que do primeiro para o segundo ciclo do Enade o percentual daqueles que se identificam como brancos diminuiu no *campus* de 70% para 65%; o de pretos aumentou de 5% para 6%; o de pardos também aumentou de 22% para 24%; e os demais permaneceram nos mesmos patamares de anos anteriores. Quando atentamos para as representações de brancos dos primeiros anos do Provão (1999 e 2000), somos tentados a inferir que os que se identificam como brancos perderam 16% de sua representação, os pretos triplicaram a sua representação e os pardos aumentaram 11%. Insistimos, no entanto, que tal comparação não é possível pelo simples fato de que os universos de cursos não são os mesmos. Tudo o que pode ser afirmado a partir desses dados é que o pequeno número de cursos avaliados pelo extinto Provão tinham consideravelmente mais estudantes brancos que os avaliados pelo Enade. Mais correto é fazer a comparação conforme o Gráfico 1, ou seja, com questionários respondidos por estudantes dos mesmos cursos nos anos relativos ao primeiro e segundo ciclos do Enade:

GRÁFICO 1
REPRESENTAÇÃO DA COR DOS ESTUDANTES (1º e 2º CICLOS DO ENADE) (%)

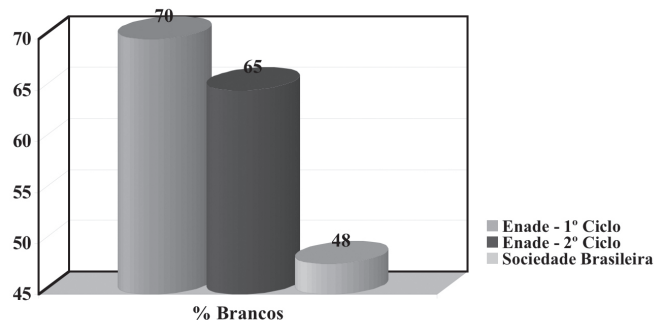


Fonte: MEC/Inep.

Observa-se, portanto, uma diminuição do percentual de estudantes que se identificam como de cor branca (5%) e um pequeno aumento dos estudantes que se reconhecem como pretos (1%) e pardos (2%) no período de 2004 a 2009.

Para melhor entender o significado desses percentuais, há de se compará-los à representação de cada um dos grupos na sociedade brasileira. O Censo do IBGE de 2010 mostra que pretos e pardos formam o grupo majoritário da população brasileira, com 51%, enquanto que 48% se identificam como brancos. O *campus* brasileiro como um todo, no entanto, ainda está longe de refletir esse perfil populacional. O Gráfico 2 mostra a comparação entre representação dos brancos na sociedade no Enade.

GRÁFICO 2
REPRESENTAÇÃO DE BRANCOS NO CAMPUS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA



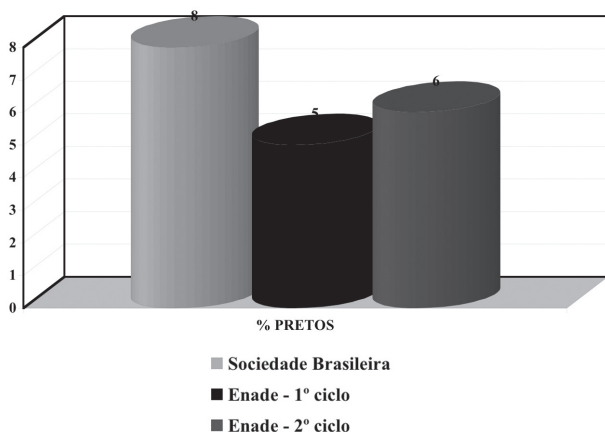
Fontes: MEC/Inep e IBGE/Censo 2010.

Percebe-se a redução do número de brancos no *campus* do primeiro para o segundo ciclo do Enade, possivelmente já como resultado das políticas públicas de inclusão adotadas.

Percebe-se, portanto, que, não obstante a redução do número de brancos no *campus* do primeiro para o segundo ciclo do Enade, possivelmente já como resultado das políticas públicas de inclusão adotadas (especialmente por programas como ProUni,⁵ Fies⁶ e Reuni⁷), a representação de brancos no *campus* continua bem acima de sua proporção na sociedade brasileira. Em termos percentuais, pode-se afirmar que em média o *campus* brasileiro continua 17% mais branco do que a sociedade brasileira.

Os percentuais de estudantes que se identificam como pretos e pardos no *campus* também se alteraram, como é possível verificar nos Gráficos 3 e 4:

GRÁFICO 3
REPRESENTAÇÃO DE PRETOS NO *CAMPUS*
E NA SOCIEDADE BRASILEIRA



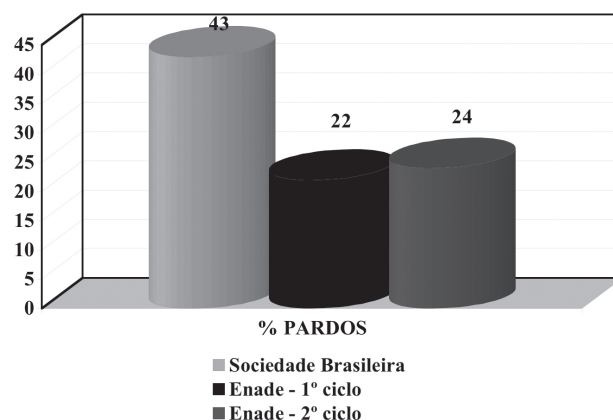
Fontes: MEC/Inep e IBGE/Censo 2010.

⁵ Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei nº 11.096, de 13/01/2005.

⁶ Fundo de Financiamento Estudantil, criado pela Lei nº 10.260, de 12/01/2000, e profundamente redefinido pela Lei nº 12.202, de 14/01/2010.

⁷ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/04/2007.

GRÁFICO 4
REPRESENTAÇÃO DE PARDOS NO *CAMPUS*
E NA SOCIEDADE BRASILEIRA



Fontes: MEC/Inep e IBGE/Censo 2010.

A situação dos pardos mostra-se bem mais grave, pois têm participação muito aquém dos 43% que representam na sociedade brasileira.

O percentual de pretos no *campus* (5% no primeiro ciclo e 6% no segundo) aproxima-se bastante do seu percentual na sociedade (8%). Mesmo assim, no atual ritmo, os pretos só atingirão a paridade de representação no *campus* em doze anos.

A situação dos pardos mostra-se bem mais grave, pois têm participação muito aquém dos 43% que representam na sociedade brasileira. O pequeno aumento de 2% ocorrido durante os seis anos analisados parece insignificante diante da distância entre os percentuais da sociedade e do *campus* e, a se manter este ritmo (ou seja, 2% de aumento a cada seis anos), os pardos necessitarão de aproximadamente 57 anos para que a paridade seja atingida.

Mais importante do que a média é a distribuição das diferentes cores nos diversos cursos de graduação. A análise da dimensão cor permite identificar que há no *campus* brasileiro basicamente dois tipos de cursos: os mais brancos e os menos brancos. Os quinze cursos mais brancos da graduação brasileira podem ser vistos na Tabela 2:

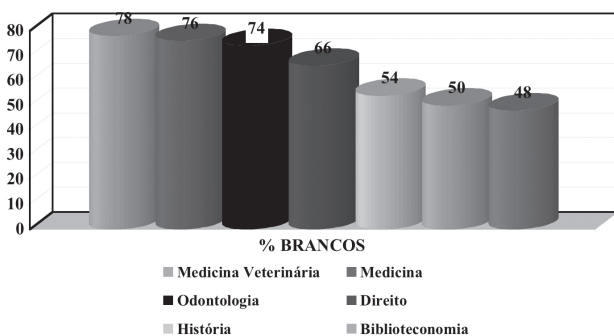
TABELA 2
CURSOS MAIS BRANCOS DA GRADUAÇÃO BRASILEIRA

CURSOS	BRANCOS (1º CICLO)	BRANCOS (2º CICLO)	DIFERENÇA
AGRONOMIA	73%	71%	-2%
ARQUITETURA E URBANISMO	79%	77%	-2%
BIOMEDICINA	72%	70%	-2%
DESIGN	77%	74%	-3%
ENGENHARIA (GRUPO II)	71%	72%	1%
ENGENHARIA (GRUPO III)	77%	75%	-2%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	76%	74%	-2%
ENGENHARIA (GRUPO V)	79%	75%	-2%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	75%	71%	-4%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	78%	71%	-7%
FARMÁCIA	77%	73%	-4%
MEDICINA	80%	76%	-4%
MEDICINA VETERINÁRIA	81%	78%	-3%
NUTRIÇÃO	78%	72%	-6%
ODONTOLOGIA	80%	74%	-6%

Fonte: MEC/Inep.

Observa-se que em todos os cursos acima mais de 70% de seus estudantes se reconhecem como de cor branca. Convém lembrar outra vez que, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, 48% da população brasileira identificam-se como brancos, o que equivale dizer que esses cursos são, em média, 22% mais brancos do que a sociedade. Em Medicina Veterinária, Medicina e Odontologia, no primeiro ciclo, os percentuais de brancos eram superiores a 80%. Esses percentuais reduziram-se nos últimos seis anos, mas mesmo assim ainda continuam entre os cursos mais brancos do país. O Gráfico 5, com cursos selecionados, mostra com mais nitidez o quanto alguns cursos se distanciam ou se aproximam do percentual de brancos da população brasileira:

GRÁFICO 5
BRANCOS EM CURSOS SELECIONADOS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA (2º CICLO DO ENADE)



Fonte: MEC/Inep.

Os dados do segundo ciclo do Enade mostram que todos os cursos tiveram redução no seu percentual de estudantes brancos, exceto pelo grupo de cursos que compõem a área II das engenharias (da Computação, de Comunicações, de Controle e Automação, de Redes de Comunicação, de Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica, Eletrotécnica, Industrial Elétrica e Engenharia Mecatrônica). Essa redução da proporção de estudantes que se identificam como brancos é, provavelmente, o reflexo das políticas mais agressivas de inclusão que começaram a ser postas em prática a partir de 2005, em especial do ProUni, e a adoção de política de cotas nas universidades públicas. Chama, por fim, a atenção o fato de os cursos pertencerem às grandes áreas da Engenharia/Arquitetura/Design, da Saúde e das Ciências Agrárias, não havendo entre eles um único curso de licenciatura.

Já entre os cursos menos brancos, as licenciaturas predominam, como pode ser observado na Tabela 3:

TABELA 3
CURSOS COM MENORES ÍNDICES DE BRANCOS DA RADUAÇÃO BRASILEIRA (1º E 2º CICLOS DO ENADE)

CURSOS	BRANCOS 1º CICLO	BRANCOS 2º CICLO	DIFERENÇA
ARQUIVOLOGIA	51%	53%	2%
BIBLIOTECONOMIA	54%	50%	-4%
CIÊNCIAS SOCIAIS	56%	55%	-1%
FILOSOFIA	64%	60%	-4%
FISICA	62%	56%	-6%
GEOGRAFIA	56%	53%	-3%
HISTORIA	57%	54%	-3%
LETRAS	60%	58%	-2%
MÚSICA	66%	57%	-9%
MATEMATICA	62%	58%	-4%
PEDAGOGIA	59%	57%	-2%
SECRETARIADO EXECUTIVO	62%	59%	-3%
SERVIÇO SOCIAL	59%	55%	-4%

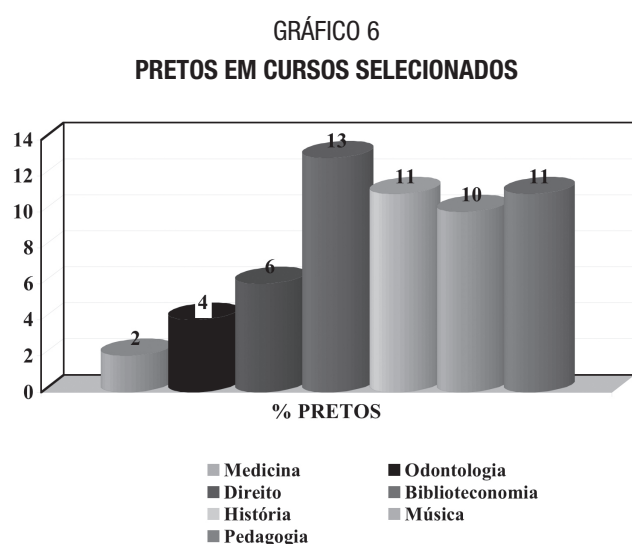
Fonte: MEC/Inep.

Além dos cursos classificados anteriormente como os mais brancos, há um conjunto de cursos intermediários (com percentuais de brancos que variam entre 60% e 70%) e, como mostra a Tabela 3, há os cursos que mais se aproximam dos percentuais dos demais grupos étnicos (pretos e pardos, indígenas e amarelos). Mesmo nesses cursos, no entanto, os percentuais de brancos no *campus* superam, em

todos os casos, os 48% de brancos na sociedade brasileira. Os seis cursos menos brancos do Brasil, portanto, segundo os dados do segundo ciclo do Enade são, pela ordem, Biblioteconomia (com 50%), Arquivologia e Geografia (com 53%), História (com 54%) e Ciências Sociais e Serviço Social (com 55%). Observe-se que entre os cursos acima, as licenciaturas são majoritárias.

Com 43% de participação na sociedade brasileira, os pardos não possuem um único curso de graduação em que sua representação seja igual ou superior à da sociedade.

O Gráfico 6 tem por objetivo apresentar um contraste em relação à presença de estudantes que se identificam como pretos nos diferentes cursos:



Fonte: MEC/Inep.

A seleção do Gráfico 6 mostra que, apesar de ter duplicado a representação de estudantes que se identificam como pretos nos últimos anos, a Medicina continua

com representação quatro vezes inferior à representação social do grupo na sociedade brasileira. Em Odontologia e Direito, a exemplo do que ocorre em 33 dos 47 cursos participantes dos dois primeiros ciclos do Enade, os estudantes que se identificam como pretos têm representação inferior aos 8% existentes na sociedade brasileira; em 16 cursos, no entanto, essa representação percentual é igual ou superior. São eles, além dos presentes no Gráfico 6: Arquivologia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, Letras, Matemática, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teatro e Turismo.

O mesmo não pode ser dito sobre aqueles que se identificam como pardos. Com 43% de participação na sociedade brasileira, este grupo não possui um único curso de graduação em que sua representação seja igual ou superior à da sociedade. Em apenas oito dos 47 cursos, sua participação varia entre 30% e 34%. Em todos os demais cursos, os que se reconhecem como pardos representam menos do que 30% dos estudantes. Mais grave é a situação nos cursos discriminados na Tabela 4:

TABELA 4
CURSOS DE GRADUAÇÃO COM MENOS DE 20% DE PARDOS

CURSOS	PARDOS (2º CICLO)
ARQUITETURA E URBANISMO	16%
DESIGN	15%
ENGENHARIA (GRUPO III)	17%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	19%
ENGENHARIA (GRUPO V)	17%
FARMÁCIA	19%
MEDICINA	18%
MEDICINA VETERINÁRIA	17%
ODONTOLOGIA	19%

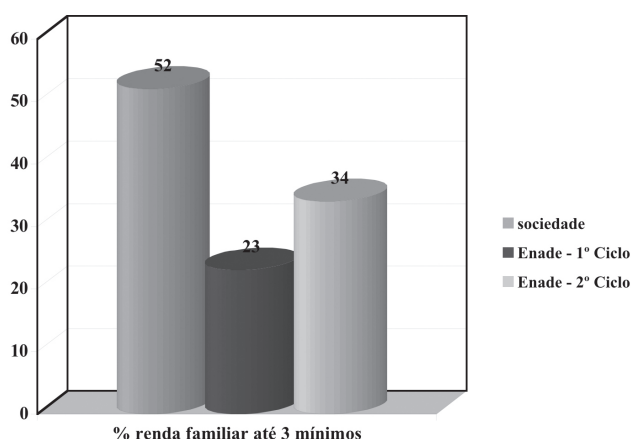
Fonte: MEC/Inep.

Se o *campus* brasileiro como um todo é 21% menos pardo do que a sociedade brasileira, os cursos descritos na tabela 4, todos de alta demanda, mostram que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, a desigualdade pode ser bem mais grave em casos específicos, estando a demandar uma implementação efetiva de políticas de inclusão em vigor.

3. RENDA FAMILIAR DO ESTUDANTE NO *CAMPUS* E NOS CURSOS

Mais de um terço dos estudantes brasileiros (34%) estão na faixa de renda mensal familiar de até três salários mínimos. Na sociedade brasileira, o grupo de famílias nesta faixa de renda é de 52%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE de 2011, como exemplifica o Gráfico 7.

GRÁFICO 7
RENDA FAMILIAR NA GRADUAÇÃO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA (ATÉ 3 SALÁRIO MÍNIMOS)

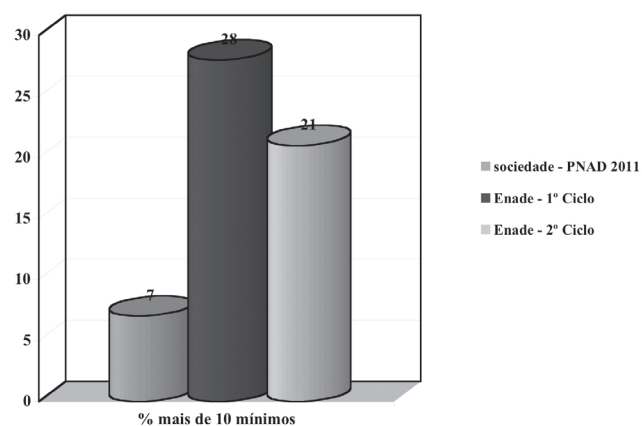


Fonte: MEC/Inep e IBGE/Pnad 2011.

Os dados do QSE dos dois primeiros ciclos completos do Enade revelam que houve, de 2004 a 2009, um aumento de 11% de estudantes oriundos de famílias dessa faixa de renda, diminuindo a distância entre os percentuais do *campus* e da sociedade. Mesmo assim, é possível inferir que persiste uma expressiva distorção de natureza socioeconômica no *campus* brasileiro, pois há nele 18% a menos de pessoas da faixa de renda mais baixa do que na sociedade. Mantidas as atuais políticas e condições de distribuição da renda, este grupo deverá atingir a paridade de representação até 2016 – prazo relativamente curto. Em outro estudo vamos analisar em que proporção esses estudantes estão distribuídos entre as instituições privadas e públicas, municipais, estaduais e federais.

A disparidade de renda é mais grave quando analisamos os dados dos estudantes oriundos de famílias com rendimento acima de dez salários mínimos.

GRÁFICO 8
RENDA FAMILIAR NA GRADUAÇÃO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA (MAIS DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS)

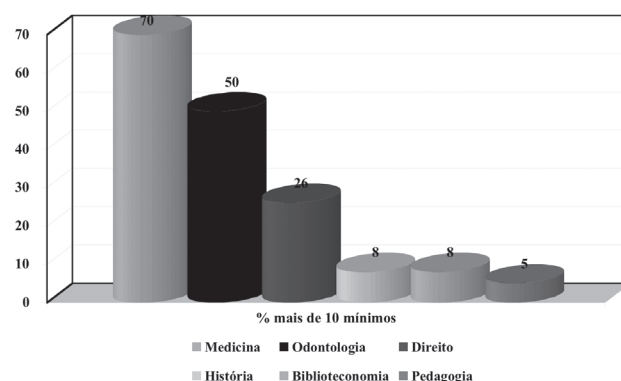


Fonte: MEC/Inep e IBGE/Pnad 2011.

Dados da Pnad 2011 revelam que apenas 7% das famílias brasileiras têm rendimento familiar mensal superior a dez salários mínimos. No *campus* brasileiro, no entanto, este percentual em 2009 era três vezes maior (21%). Por outro lado, percebe-se que em seis anos a proporção de estudantes dessa faixa de renda foi reduzida em 7%. A se manter esse ritmo, das atuais políticas e das presentes condições de distribuição de renda, serão necessários mais dois ciclos completos do Enade para se atinja uma paridade de representação deste grupo social no *campus*.

No entanto, esses percentuais de faixa de renda se diferenciam muito, dependendo dos cursos analisados, como pode ser observado no Gráfico 9:

GRÁFICO 9
RENDA FAMILIAR EM CURSOS SELECIONADOS

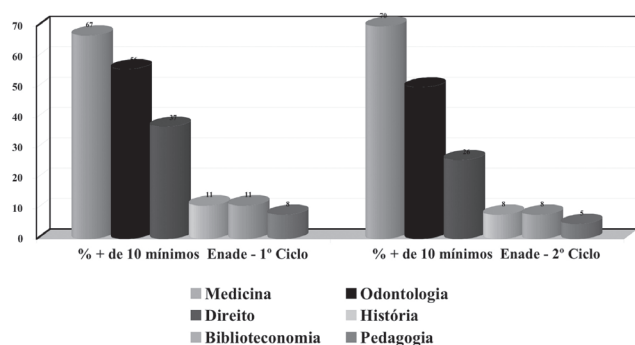


Fonte: MEC/Inep.

Os dados acima são do QSE do segundo ciclo do Enade e revelam não só as diferenças de origem familiar entre os estudantes de diferentes cursos, mas o quão próximo ou o quão distante cada um desses cursos está da representação da população brasileira. Percebe-se que há no campus brasileiro, portanto, dez vezes mais estudantes de Medicina que vêm de famílias com mais de dez salários mínimos de renda do que famílias com essa faixa de renda no Brasil. Também em Odontologia e Direito, esses percentuais são bem superiores. Nos cursos de História e Biblioteconomia, temos uma representação praticamente paritária e no curso de Pedagogia uma representação 2% abaixo dos 7% da sociedade. Destaque-se que, em apenas cinco dos 47 cursos sob análise, os estudantes de alta renda familiar têm percentuais de representação inferiores a 7% (Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia e Serviço Social). Na média de todos os cursos, os estudantes de alta renda familiar representam percentualmente três vezes mais do que representa essa faixa de renda na população. Dados mais detalhados podem ser vistos nas tabelas do Anexo.

Em relação aos estudantes na faixa de renda mais alta, cabe ainda verificar sua distribuição nos cursos e sua evolução nos últimos seis anos. O Gráfico 10 exemplifica o que ocorreu:

GRÁFICO 10
EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES EM CURSOS SELECIONADOS (MAIS DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS)

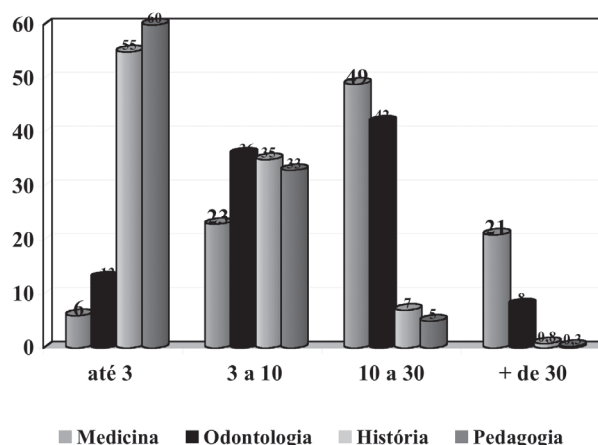


Fonte: MEC/Inep.

O que mais chama a atenção é que o curso de Medicina contradiz a tendência de redução do grupo de estudantes de alta renda familiar. No curso de Medicina, o grupo aumenta em 3% sua participação, enquanto os demais ou reduzem ou mantêm sua representação. Importante destacar que Medicina é o único dos 47 cursos, nos seis anos sob análise, a aumentar a presença de estudantes mais ricos e

diminuir a de estudantes mais pobres, a despeito das políticas públicas de inclusão. Cabe notar, por fim, que dos estudantes de Medicina que têm renda familiar acima de dez salários mínimos, 21% têm renda acima de trinta salários mínimos/mês, como mostra o Gráfico 11.

GRÁFICO 11
FAIXAS DE RENDA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO SELECIONADOS (% SOBRE SALÁRIOS MÍNIMOS)



Fonte: MEC/Inep.

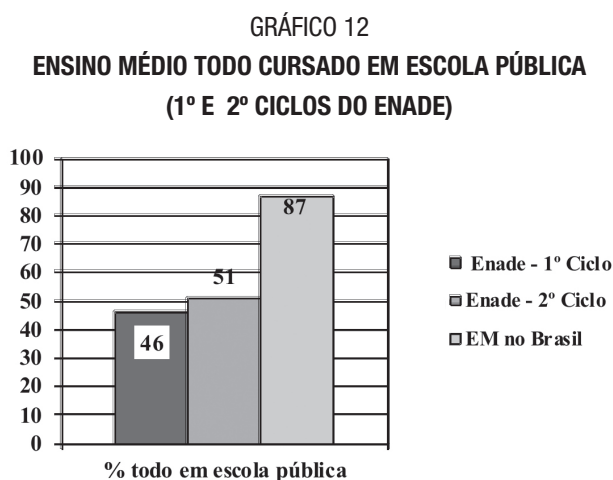
Percebe-se que os cursos de Medicina têm apenas 6% de seus estudantes na faixa de renda familiar de até três salários mínimos, enquanto os cursos de História e Pedagogia têm 55% e 60%, respectivamente. Nas faixas de renda dos mais ricos, verifica-se que a História e a Pedagogia têm 7% e 5%, respectivamente, na faixa de dez a trinta salários mínimos e menos de 1% na faixa de mais de trinta salários mínimos, enquanto a Medicina tem 49% e 21%, respectivamente. Fica claro, portanto, que há uma correlação forte entre os níveis de renda dos estudantes e os cursos que procuram, evitam ou frequentam.

Os dados evidenciam que as políticas de inclusão adotadas nos últimos anos vêm aos poucos alterando este quadro: em todos os cursos, exceto em Medicina, houve crescimento do percentual de alunos da faixa de até três mínimos. Em todos os cursos, exceto Medicina, houve diminuição no número de alunos ricos, i.e., da faixa de mais de dez mínimos de renda familiar; em 35 dos 47 cursos houve redução do número de alunos da faixa intermediária de renda, de três a dez salários mínimos. No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que os cursos de graduação deixem de ser expressão do poder econômico familiar, ampliando no campus as desigualdades socioeconômicas existentes.

4. ORIGEM ESCOLAR DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO E CURSOS

Uma das perguntas feitas aos estudantes que participam do Enade é a sua origem escolar: “Onde você cursou o ensino médio?”. Cinco opções são oferecidas: “a) todo em escola pública; b) todo em escola privada; c) a maior parte em escola pública; d) a maior parte em escola privada; e) metade em escola pública e metade em escola privada”. Em ambos os ciclos, cerca de 85% escolheram as duas primeiras opções, o que significa que os estudantes do ensino médio, na grande maioria, tendem a permanecer até o fim na escola da categoria administrativa em que iniciaram os estudos. Por esse motivo, optamos por analisar apenas os dados dos que preencheram as duas primeiras opções.

O Gráfico 12 demonstra a evolução dos estudantes que dizem ter estudado durante todo o ensino médio em escola pública em contraste com o percentual total de alunos no ensino médio público:



Fonte: MEC/Inep.

Os alunos que frequentaram escola pública no ensino médio representam grande maioria no país, chegando a 87% em 2011. No entanto, os estudantes da educação superior (pública e privada), que no primeiro ciclo do Enade diziam ter origem na escola pública de ensino médio, representavam apenas 46% do total. Este percentual subiu para 51% em 2009, quando se completou o segundo ciclo do Enade. Fica, pois, evidente que a participação dos estudantes universitários ori-

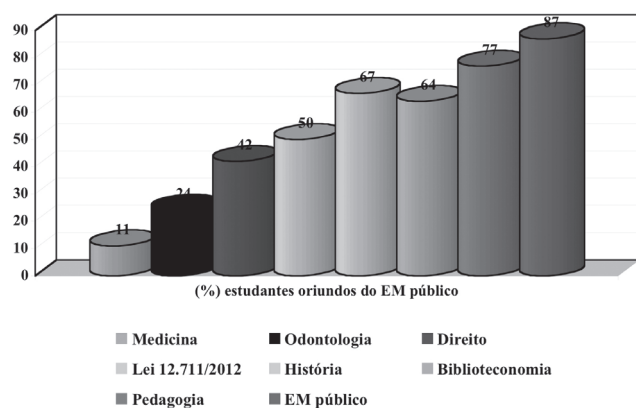
Fica, pois, evidente que a participação dos estudantes universitários oriundos do ensino médio público, embora crescente, continua muito aquém da proporção dos alunos de escola pública no total do ensino médio no país.

dos do ensino médio público, embora crescente, continua muito aquém da proporção dos alunos de escola pública no total do ensino médio no país. Há anos este fato tem sido responsável por acalorados debates na academia e no Congresso Nacional e motivaram a aprovação da Lei nº12.711/2012, que estabelece reserva de 50% das vagas em todos os cursos dos institutos e das universidades federais a estudantes que tenham cursado integralmente ensino médio em escolas públicas.

Como observamos, a lei aplica-se apenas às instituições federais, que são responsáveis por 15,3% das 6,7 milhões de matrículas registradas pelo Censo da Educação Superior do Inep de 2011. Os parâmetros da lei tomados como referência (50% das vagas para estudantes do ensino médio público), sabe-se que não há exigibilidade jurídica para as instituições privadas e para instituições estaduais e municipais. A rigor, a lei é tímida em suas proporções, pois 87% dos estudantes do ensino médio estão em instituições públicas enquanto os ciclos do Enade informam que no ensino superior essas taxas estão crescendo em 46%, no primeiro ciclo; e 51%, no segundo. No entanto, esses números gerais escondem desigualdades entre os cursos e entre a natureza administrativa das instituições; seja nas públicas seja nas privadas. Seria preciso também fazer distinção quanto ao tipo de escola pública, visto que há nítida diferença entre escolas federais e escolas estaduais de ensino médio, com resultados muito distintos.

Na média dos cursos, como podemos verificar pelos dados, as demandas da lei já estão sendo cumpridas. Quando, no entanto, fazemos a análise curso a curso, observa-se que a lei poderá ter, nos próximos anos, um papel importante na promoção de maior acesso de estudantes de escola pública a cursos de educação superior das instituições federais, nos quais são muito minoritários. A lei pode pavimentar o caminho para que políticas mais agressivas de inclusão tornem-se politicamente viáveis e aproximem os percentuais dos estudantes de educação superior aos dos oriundos da escola pública.

GRÁFICO 13
ORIUNDOS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO
EM CURSOS SELECIONADOS (2º CICLO DO ENADE)



Fonte: MEC/Inep.

A lei pode pavimentar o caminho para que políticas mais agressivas de inclusão tornem-se politicamente viáveis e aproximem os percentuais dos estudantes de educação superior aos dos oriundos da escola pública.

A amostra do Gráfico 13 tem por objetivo tornar mais visível a distância existente entre o que preconiza a

Lei nº 12.711/2012 (reserva de 50% das vagas nos institutos e universidades federais para estudantes de escolas públicas), o que representa efetivamente a escola pública de ensino médio no país (87%), e o que ocorre em alguns cursos de graduação. Mais distantes dos 50% exigidos pela lei estão os cursos de Medicina, com apenas 11% de seus estudantes oriundos dos 87% da escola pública, e de Odontologia, com 24%. O curso de Direito, antes considerado um tradicional reduto da elite brasileira, já se aproxima dos 50% exigidos pela lei – mesmo que ainda distante da representação do ensino médio público. Mesmo que o curso de Direito dobrasse o número de estudantes oriundos das escolas públicas, ainda assim não atingiria a paridade de representação. Observa-se, por fim, que mesmo cursos como História, Biblioteconomia e Pedagogia, que já superam o exigido pela lei, estão ainda a considerável distância da representação percentual do ensino médio público. Apesar de nenhum curso de graduação analisado atingir esse percentual, é inegável o avanço na participação dos alunos da escola pública nas universidades públicas – reconhecendo que isso foi alcançado, até agora, por força das reservas de vagas.

Somente 6 dos 47 cursos analisados têm, no segundo ciclo do Enade, mais de 70% de estudantes oriundos da escola pública. São eles:

TABELA 5
CURSOS COM MAIOR ÍNDICE DE ESTUDANTES
DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO (1º E 2º CICLOS DO ENADE)

CURSOS	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 1º CICLO	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 2º CICLO
PEDAGOGIA	71%	77%
MATEMÁTICA	72%	77%
LETRAS	69%	73%
GEOGRAFIA	67%	72%
SECRETARIADO EXECUTIVO	69%	71%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	67%	71%

Fonte: MEC/Inep.

Vale destacar que, a partir dos dados analisados, apenas atende ao exigido pela Lei nº 12.711/2012 pouco menos da metade (22 de 47) dos cursos de graduação.

TABELA 6
CURSOS DE GRADUAÇÃO QUE ATENDEM À LEI Nº 12.711/2012

CURSOS	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 1º CICLO	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 2º CICLO
ADMINISTRAÇÃO	58%	63%
ARQUIVOLOGIA	63%	66%
BIBLIOTECONOMIA	64%	64%
BIOLOGIA	55%	62%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	67%	71%
CIÊNCIAS SOCIAIS	49%	51%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	51%	55%
EDUCAÇÃO FÍSICA	53%	62%
ENFERMAGEM	52%	58%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	44%	51%
FILOSOFIA	59%	63%
FÍSICA	58%	61%
GEOGRAFIA	67%	72%
HISTÓRIA	63%	67%
LETRAS	69%	73%
MATEMÁTICA	72%	77%
MÚSICA	45%	53%
PEDAGOGIA	71%	77%
QUÍMICA	61%	64%
SECRETARIADO EXECUTIVO	69%	71%
SERVIÇO SOCIAL	59%	66%
TURISMO	44%	52%

Fonte: MEC/Inep.

Muitos dos cursos que ainda não atendem ao exigido pela Lei nº 12.711/2012 tinham já em 2009 percentuais muito próximos aos 50%, entre eles, os cursos de Agronomia (46%), Biomedicina (43%), Ciências Econômicas (47%), Direito (42%), as Engenharias dos Grupos I, II, III, VI e VII (42%, 48%, 43%, 49% e 45%, respectivamente),

te), Farmácia (47%), Fisioterapia (41%), Fonoaudiologia (41%), Nutrição (45%), Psicologia (48%), Teatro (46%) e Zootecnia (42%).

A julgar pelo ritmo das mudanças de perfil dos estudantes que vêm ocorrendo em função das políticas de inclusão dos últimos anos (5% por ciclo), é possível inferir que todos esses cursos já atingiram em 2012 (quando se completa o terceiro ciclo) os 50% demandados pela lei, representando cerca de 80% do total dos cursos. A constatação efetiva da veracidade desta inferência, no entanto, só será possível a partir da análise dos dados do terceiro ciclo completo do Enade.

Há ainda os cursos que permanecem mais distantes da meta estabelecida em lei e que deveriam ser objeto de ações específicas:

TABELA 7
CURSOS DE GRADUAÇÃO QUE NÃO ATENDEM À LEI Nº 12.711/2012

CURSOS	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 1º CICLO	TODO EM ESCOLA PÚBLICA 2º CICLO
ARQUITETURA E URBANISMO	26%	29%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	37%	39%
DESIGN	31%	34%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	34%	37%
ENGENHARIA (GRUPO V)	36%	36%
MEDICINA	9%	11%
MEDICINA VETERINÁRIA	24%	28%
ODONTOLOGIA	17%	24%
TERAPIA OCUPACIONAL	28%	38%

Fonte: MEC/Inep.

Destaque-se que os cursos acima estão também entre os cursos com os mais altos percentuais de estudantes brancos e ricos da graduação brasileira.

5. ESTUDANTE TRABALHADOR E CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os dados do QSE do Enade do segundo ciclo (2007, 2008 e 2009) revelam que aproximadamente 44% dos estudantes não trabalham e têm seus gastos financiados pela família. Isto significa que 56% dos estudantes brasileiros trabalham e estudam. Destes, 27% recebem ajuda da família para se sustentarem; 10% dizem que se sustentam com seu trabalho; 13,5% dizem que se sustentam e contribuem com o sustento da família; e 5,5% dizem ser o principal responsável pelo sustento da família.

Quando se analisam esses dados curso a curso, percebe-se que dos 47 cursos analisados, apenas 13 (28%) têm percentuais iguais ou superiores a 44% de estudantes que não trabalham. São os cursos com a menor proporção de estudantes trabalhadores. São eles:

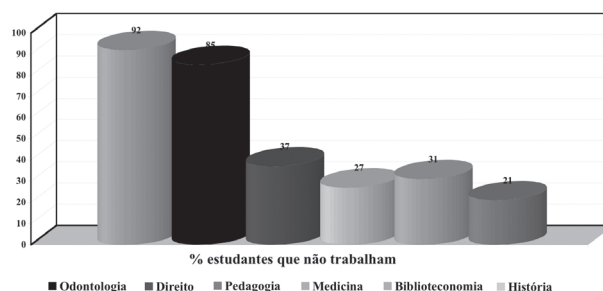
TABELA 8
ESTUDANTES QUE NÃO TRABALHAM POR CURSO DE GRADUAÇÃO (2º CICLO ENADE)

CURSOS	NÃO TRABALHO E MEUS GASTOS SÃO FINANCIADOS PELA FAMÍLIA
BIOMEDICINA	64%
ENFERMAGEM	49%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	55%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	68%
FARMÁCIA	54%
FISIOTERAPIA	67%
FONOAUDIOLOGIA	73%
MEDICINA	92%
MEDICINA VETERINÁRIA	80%
NUTRIÇÃO	64%
ODONTOLOGIA	85%
TERAPIA OCUPACIONAL	74%
ZOOTECNIA	80%

Fonte: MEC/Inep.

Predominam na Tabela 8 os cursos da área da Saúde e dois dos oito grupos da Engenharia. O curso que tem o menor percentual de estudantes trabalhadores é Medicina (com apenas 8%), seguida de Odontologia (15%) e por Medicina Veterinária e Zootecnia (20%). Trata-se evidentemente de um contraste significativo quando observado no contexto de um sistema educacional que tem como média 56% de estudantes trabalhadores. Esse contraste, evidentemente, é explicado pela alta renda de seus estudantes, demonstrado nos dados já analisados. Essa diferença fica evidente quando esses cursos são observados lado a lado com outros cursos de graduação, conforme o Gráfico 14:

GRÁFICO 14
ESTUDANTES QUE NÃO EXERCEM ATIVIDADE REMUNERADA POR CURSOS SELECIONADOS (2º CICLO DO ENADE)



Fonte: MEC/Inep.

Enquanto Medicina e Odontologia têm 8% e 15% de estudantes trabalhadores, Pedagogia tem 79%, História 73% e Biblioteconomia 69%. Os cursos com os mais altos percentuais de estudantes trabalhadores podem ser verificados na Tabela 9:

TABELA 9
CURSOS COM MAIOR ÍNDICE DE ESTUDANTES TRABALHADORES (2º CICLO DO ENADE)

CURSOS	ALUNOS TRABALHADORES
ADMINISTRAÇÃO	82%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	86%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	76%
EDUCAÇÃO FÍSICA	72%
ENGENHARIA (GRUPO II)	70%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	71%
GEOGRAFIA	74%
HISTÓRIA	73%
LETRAS	74%
MÚSICA	77%
MATEMÁTICA	77%
PEDAGOGIA	79%
SECRETARIADO EXECUTIVO	79%

Fonte: MEC/Inep.

Não surpreende, a julgar pelo perfil socioeconômico como um todo, que praticamente a metade dos cursos selecionados pertença às licenciaturas. Se forem somados a estes os cursos de licenciatura que não constam da lista (Física, Química e Biologia) e que têm percentuais de estudantes trabalhadores próximos a 70%, percebe-se a forte correlação com os níveis de renda familiar, a origem escolar no ensino médio e a cor dos estudantes. Mesmo assim, surpreende, pelos dados da Tabela 9, o alto percentual de alunos trabalhadores de outras áreas que não as licenciaturas, como algumas engenharias, indicando que para alguns cursos o trabalho e o estudo podem estar associados não unicamente à necessidade econômica, mas à busca de oportunidades precoces de experiência profissional.

6. ESCOLARIDADE DOS PAIS E CURSOS DE GRADUAÇÃO

Por fim, um comentário sobre a escolaridade dos pais dos estudantes dos cursos de graduação analisados. Nos dois ciclos, pais e mães têm percentuais muito semelhantes nos diferentes níveis de escolaridade, com as mães levando pequena vantagem de 3% na educação de nível médio e superior. No todo, o que se observa a partir dos dados do QSE é que há uma forte correlação entre renda familiar, origem escolar, cor, trabalho e escolaridade dos pais. Percebe-se, por exemplo, que os cursos identificados como os mais brancos, com estudantes mais ricos, que não trabalham e que vêm da escola privada de ensino médio, são também em sua maioria de estudantes que vêm de famílias cujos pais têm escolaridade superior, conforme podemos observar na Tabela 10, com cursos selecionados:

TABELA 10
ESCOLARIDADE DO PAI E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE (2º CICLO DO ENADE)

CURSOS	PAI COM ENSINO SUPERIOR	ESTUDANTES QUE NÃO TRABALHAM	FAIXA DE RENDA MAIS ALTA	BRANCOS NO CURSO	ORIGEM NO ENSINO MÉDIO PRIVADO
ARQUITETURA E URBANISMO	45%	45%	42%	77%	58%
BIBLIOTECONOMIA	12%	31%	8%	50%	22%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	11%	14%	9%	61%	17%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	35%	36%	24%	70%	48%
DESIGN	43%	46%	28%	75%	55%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	35%	55%	30%	74%	52%
ENGENHARIA (GRUPO V)	36%	45%	31%	75%	54%
GEOGRAFIA	8%	26%	6%	53%	16%
HISTÓRIA	12%	27%	8%	54%	20%
LETRAS	10%	26%	6%	58%	16%
MATEMÁTICA	8%	23%	5%	58%	14%
MEDICINA	67%	92%	70%	76%	81%
MEDICINA VETERINÁRIA	42%	80%	42%	78%	54%
ODONTOLOGIA	45%	85%	50%	74%	60%
PEDAGOGIA	7%	21%	5%	57%	12%
SERVIÇO SOCIAL	9%	33%	8%	55%	18%

Fonte: MEC/Inep.

Fica clara a forte correlação entre os indicadores socioeconômicos dos estudantes dos diferentes cursos apontados. É, para dizer pouco, impressionante. O estudante de Medicina, por exemplo, em 67% dos casos, tem pai com instrução superior, vem de família das duas faixas de renda mais elevadas (70%), frequenta um dos cursos com o mais alto percentual de brancos (76%), vem de escola do ensino

médio privado, em 81% dos casos, e é o que menos trabalha (8%). Já no outro extremo, somente 7% dos estudantes de Pedagogia têm pai com escolaridade superior. Em 79% dos casos, estes são trabalhadores, em 95% dos casos, não têm pais com alto rendimento, seu curso tem percentual de brancos muito próximo ao da população (57%) e sua origem escolar é, em 88% dos casos, do ensino médio público. Com pequenas variações, este quadro se repete para os demais cursos, o que nos leva a inferir que a origem social e a situação econômica da família do estudante são sem dúvida um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos.

Um importante fenômeno a ser destacado, a partir da análise dos dados, é que uma boa parcela dos pertencentes

aos cursos com maior proporção de trabalhadores e com pais de baixa escolaridade faz parte da *primeira geração de universitários nas suas famílias* (no caso dos estudantes de Pedagogia, por exemplo, essa parcela representa 97%). Este é um indicador de um fato social muito relevante: o do aumento do número de jovens filhos de pais sem escolaridade que ingressam na universidade.

7. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

A análise dos dados do QSE de dois ciclos do Enade (2004 a 2009) permite-nos fazer algumas constatações.

1. Embora se observe no período uma diminuição do percentual de estudantes que se identificam como de cor branca (de 5%) e um pequeno aumento dos estudantes que se reconhecem como pretos (1%) e pardos (2%), pode-se afirmar que em média o *campus* brasileiro continua 17% mais branco do que a sociedade brasileira.
2. O percentual de pessoas que se identificam como pretas no *campus* aproxima-se bastante do percentual na sociedade (8%). Mesmo assim, a se manter o ritmo constatado entre os dois ciclos analisados, os pretos só atingirão a paridade de representação no *campus* em doze anos.
3. Os estudantes que se declararam pardos possuem uma representação muito aquém dos 43% que representam na sociedade. No período de análise, constatou-se o pequeno aumento de 2%. A se manter o ritmo de crescimento de 2% a cada seis anos, os pardos necessitarão de aproximadamente 57 anos para alcançar a paridade entre *campus* e sociedade.
4. O Censo de 2010 do IBGE mostra que pretos e pardos (8% e 43% respectivamente) formam o grupo majoritário da população (51%), enquanto os brancos representam 48%. O *campus* brasileiro como um todo, no entanto, ainda está longe de refletir esta nova realidade populacional, visto que os dados do QSE do segundo ciclo do Enade informam haver 65% de brancos, 6% de pretos, 24% de pardos, 2% de amarelos e 1% de indígenas.
5. Os cursos com os mais altos percentuais de estudantes que se identificam como brancos pertencem às grandes áreas da Engenharia/Arquitetura/Design, da Saúde e das Ciências Agrárias, não havendo entre eles um único curso de licenciatura.
6. Os seis cursos em que há menos estudantes que se identificam como brancos, segundo os dados do segundo ciclo do Enade, são, pela ordem: Biblioteconomia (50%), Arquivologia e Geografia (53%), História (54%) e Ciências Sociais e Serviço Social (55%). Observe-se que entre os cursos acima, as licenciaturas são majoritárias.
7. Em 16 cursos (Arquivologia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, Letras, Matemática, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teatro e Turismo) a representação percentual de pretos é igual ou superior aos percentuais na população. O mesmo não pode ser dito sobre os pardos. Com 43% de representação na sociedade brasileira, este grupo não possui um único curso de graduação em que sua representação seja igual ou superior à sua representação na sociedade.
8. Os dados do QSE dos dois primeiros ciclos completos do Enade revelam que houve, de 2004 a 2009, um aumento de 11% de estudantes oriundos de famílias de baixa renda (até três salários mínimos), diminuindo a distância entre o percentual do *campus* (34%) e o da sociedade (52%). Mesmo assim, é possível inferir que persiste uma expressiva distorção de natureza socioeconômica e concentração de renda no *campus* brasileiro.
9. Na média de todos os cursos, os estudantes de alta renda familiar (acima de dez salários mínimos) representavam, em 2009, percentualmente três vezes mais do que a mesma faixa de renda na sociedade brasileira (21% no *campus* e 7% na sociedade).
10. As duas últimas constatações, associadas, permitem inferir que a concentração de renda na educação superior ainda é maior do que a existente na sociedade. O atual sistema de educação superior no Brasil não apenas reflete a desigualdade, mas também a amplia e a distorce.
11. O curso de Medicina, nos dois ciclos analisados, contradiz a tendência de redução do grupo de estudantes de alta renda familiar. Com renda acima dos dez salários mínimos, não só não diminuiu como aumentou em 3% sua participação, enquanto os demais cursos reduziram ou mantiveram sua proporção de estudantes nessa faixa de renda.

Sendo a origem social e a situação econômica da família do estudante, sem dúvida, fatores determinantes na trajetória do jovem pela educação superior, as políticas públicas de acesso e permanência assumem papel central na inclusão dos grupos historicamente excluídos, em uma trajetória de democratização da universidade brasileira.

12. Na média dos cursos, a presença de estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio atende ao proposto pela Lei nº 12.711/2012 de 29/08/2012, que, estabelece a reserva de 50% das vagas de instituições federais em todos os cursos e turnos a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No entanto, a lei tem sua aplicação restrita às vagas de institutos e universidades federais, o que corresponde a pouco mais de 15% das matrículas de educação superior em 2011. Quando analisamos curso a curso, observa-se que persistem muitas desigualdades, havendo cursos praticamente exclusivos de alunos originários do ensino médio privado. Os parâmetros da lei podem cumprir importante papel político, como referência de uma proporção desejável para que se atenda ao sistema público de ensino médio. Vale destacar que mesmo sendo um avanço, a lei é tímida, pois 87% dos estudantes de ensino médio estão em escolas públicas.
13. Os dados do segundo ciclo do QSE do Enade mostram que 56% dos 6,7 milhões de estudantes de graduação trabalham e estudam. Destes, 27% recebem ajuda da família para se sustentarem; 10% dizem que se sustentam com seu trabalho; 13,5% dizem que sustentam a si e contribuem com o sustento da família; e 5,5% dizem ser o principal responsável pelo sustento da família.
14. Há uma forte correlação entre os indicadores socioeconômicos. Entre os estudantes de Medicina, por exemplo, 67% têm pai com instrução superior, a maioria (70%) vem de família das duas faixas de renda mais elevadas (mais de dez e mais de trinta salários mínimos), frequenta um dos cursos com o mais alto percentual de brancos (76%), origina-se de escola de ensino médio privado em 81% dos casos e apenas 8% trabalham. Já no outro extremo, somente 7% dos estudantes de Pedagogia têm pai com escolaridade superior, 79% também são trabalhadores; 95% deles não têm pais com alto rendimento; seu curso tem percentuais de brancos muito próximos ao da população (57%) e a origem escolar de 88% deles é o ensino médio público.
15. Do ponto de vista da escolaridade dos pais, em alguns dos cursos analisados verifica-se fenômeno relevante: um alto percentual de estudantes que são a *primeira geração universitária*, fator extremamente importante na análise da chamada mobilidade social e na redução da desigualdade social baseada nos anos de escolaridade.
16. Sendo a origem social e a situação econômica da família do estudante, sem dúvida, fatores determinantes na trajetória do jovem pela educação superior, as políticas públicas de acesso e permanência assumem papel central na inclusão dos grupos historicamente excluídos, em uma trajetória de democratização da universidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *campus* brasileiro como um todo torna-se menos branco; o percentual de pretos começa a se aproximar mais dos percentuais da sociedade; mais pardos frequentam os cursos universitários; e mais pessoas de baixa renda conseguem chegar à educação superior.

Os dados do QSE dos dois primeiros ciclos do Enade confirmam que, nas lutas em prol da educação superior, o Brasil vive um período em que a expansão dá gradualmente lugar à democratização como palavra de ordem. Percebe-se que, paulatinamente, as políticas públicas começam a mostrar seus efeitos. O *campus* brasileiro como um todo torna-se menos branco; o percentual de pretos começa a se aproximar mais dos percentuais da sociedade; mais pardos frequentam os cursos universitários; e mais pessoas de baixa renda conseguem chegar à educação superior.

Constata-se que nas instituições federais de educação superior têm havido aumentos expressivos das matrículas noturnas nos dois últimos anos – de 42%, em 2010; e de 17%, em 2011 –, aumento superior ao verificado nos dez anos anteriores somados, ampliando consideravelmente as oportunidades para alunos trabalhadores. Cresce ano a ano o número de estudantes na educação superior oriundos de escola pública de ensino médio. Na quase totalidade dos cursos, aumenta a presença de estudantes filhos de famílias de mais baixa renda (de 2004 a 2009, houve um aumento de 11% de estudantes com renda familiar de até três salários mínimos), diminuindo a distância entre a distribuição de renda do *campus* e a da sociedade.

Mesmo assim, a análise nos permite constatar a persistência da maior desigualdade socioeconômicas no campus comparada à já desigual sociedade: em média, o campus continua sendo 17% mais branco do que a sociedade; os pardos permanecem com percentuais médios de participa-

ção muito distantes de sua representação na população, não havendo no campus um único curso em que os pardos sejam maioria. Apesar do crescimento das matrículas na rede federal (institutos e universidades) nos últimos anos, o ensino privado e pago continua sendo largamente majoritário na educação superior, aumentando as dificuldades de acesso às pessoas de baixa renda. Fica evidente que há uma forte correlação entre os indicadores socioeconômicos analisados e os cursos nos quais os estudantes estão matriculados. Os dados do QSE do Enade revelam, por exemplo, que 56% dos estudantes brasileiros trabalham e estudam, e que, portanto, para a maior parte do contingente de matriculados, dedicar-se exclusivamente aos estudos não é uma opção. A média, porém, esconde distorções profundas entre as diferentes áreas do conhecimento e cursos: enquanto Medicina e Odontologia, por exemplo, têm respectivamente 8% e 15% de trabalhadores, Pedagogia tem 79%, História 73% e Biblioteconomia 69% (cerca de 10, 9 e 8 vezes, respectivamente, superior aos percentuais da Medicina). Os mesmos altos percentuais podem ser observados em 18 dos 47 cursos analisados – todos com mais de dois terços de alunos trabalhadores, entre eles praticamente todos os cursos de licenciatura.

Por outro lado, também fica claro que os parâmetros propostos na Lei nº 12.711/2012 estão longe de serem plenamente atendidos pelas IES brasileiras. A lei reserva 50% das vagas ofertadas pelas instituições federais para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, a estudantes que tenham feito integralmente o ensino médio em escolas públicas, e destas, “no mínimo cinquenta por cento (...) serão

Em média, o *campus* continua sendo 17% mais branco do que a sociedade; os pardos permanecem com percentuais médios de participação muito distantes de sua representação na população, não havendo um único curso em que os pardos sejam maioria.

reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos de salário-mínimo per capita (Inciso I)". A lei tem aplicabilidade restrita a instituições vinculadas ao Ministério da Educação, mas oferece um parâmetro que poderia ser seguido pelas instituições estaduais e municipais, por exemplo. Os dados do Inep consideram em sua forma de coleta apenas a faixa de renda familiar de até três salários mínimos, não sendo possível precisar os percentuais para quem vem de família de até um salário mínimo e meio. Mesmo assim, os dados do Inep demonstram que somente em sete cursos, seis de licenciatura e no Serviço Social, os percentuais, na faixa de até três salários mínimos, são superiores a 50%, deixando claramente demonstrada a enorme importância da lei para possibilitar o acesso dos mais pobres à educação superior.

Observa-se, por fim, que na média dos cursos, já está alcançado o patamar de origem da escola pública estabelecido pelas modestas demandas da Lei nº 12.711/2012. Além da média percentual, é importante perceber que 22 cursos já têm percentuais superiores aos 50% definidos pela lei e que 17 estão muito próximos desse percentual. A julgar pelo ritmo das mudanças que vêm ocorrendo (5% por ciclo)

no perfil dos estudantes, é possível inferir que todos esses cursos já tenham alcançado, ao completar o terceiro ciclo de avaliação do Enade, os 50% definidos pela lei, representando, desse modo, cerca de 80% do total dos cursos.⁸ A lei poderá ter nos próximos anos um papel importante na promoção de maior acesso de estudantes de escola pública a todo o espectro de cursos da educação superior pública, especialmente nos nove cursos que ainda não atendem ao mínimo estabelecido. Ainda que sua aplicação seja restrita, a pequena parte do conjunto de vagas disponíveis a cada ano, sua implantação pode pavimentar o caminho para que políticas mais agressivas de inclusão tornem-se politicamente viáveis e aproximem os percentuais dos estudantes de educação superior oriundos de escola pública da proporção de 87% que representam no sistema educacional brasileiro.

Diante da comprovação oferecida pelos dados, de que a origem social e a situação econômica da família são fatores determinantes na trajetória do jovem pela educação superior, conclui-se que as políticas públicas de acesso e permanência assumem papel central na inclusão dos grupos historicamente excluídos, em uma trajetória de democratização da universidade brasileira.

⁸ Isto só poderá ser efetivamente comprovado, no entanto, quando forem divulgados os dados relativos ao terceiro ciclo do Enade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior: Estado x mercado*. São Paulo: Cortez e Unimep, 2003.

_____. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. III Seminário Brasileiro de Educação, CEDES, Unicamp, 28 fev. a 2 mar., 2011.

BRASIL/MEC. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), com as alterações das Emendas Constitucionais de nº 1 a nº 62.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação).

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 (cria os Institutos Federais de Educação Tecnológica).

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni).

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (regulamenta a Lei nº 12.711/2012).

_____. Inep. *Sinopses estatísticas da educação superior*. Brasília, 1991-2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

_____. Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 (institui o Plano Nacional de Educação).

_____. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (modifica as competências e a estrutura organizacional da Capes)

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (institui o Programa Universidade para Todos – ProUni).

_____. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010 (altera o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, definido na Lei 10.260, de 12 de julho de 2001).

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio).

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Brasília, 2007.

_____. QSE do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), referente aos 1º e 2º ciclos do Exame (2004-2009).

_____. Sinaes. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: Inep, 2003.

RISTOFF, Dilvo I. *Construindo outra educação*. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. *Universidade em Foco*. Reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

_____; GIOLO, Jaime. (Orgs.) *Educação Superior Brasileira 1991-2004*. Brasília: Inep, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007, p. 1.231-1.255.

SEGRERA, Francisco L. Tendencias de la educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe. In: *Avaliação Sorocaba*, v.13, n. 2, jun. 2008.

_____. *Higher Education in Latin America and the Caribbean 2008*. Caracas: Unesco, 2009.

ANEXO

TABELA 1
ÁREAS COMUNS PARTICIPANTES
(1º E 2º CICLOS DO ENADE)

ADMINISTRAÇÃO
AGRONOMIA
ARQUITETURA E URBANISMO
ARQUIVOLOGIA
BIBLIOTECONOMIA
BIOLOGIA
BIOMEDICINA
CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA
COMUNICAÇÃO SOCIAL
DESIGN
DIREITO
EDUCAÇÃO FÍSICA
ENFERMAGEM
ENGENHARIA (GRUPO I)
ENGENHARIA (GRUPO II)
ENGENHARIA (GRUPO III)
ENGENHARIA (GRUPO IV)
ENGENHARIA (GRUPO V)
ENGENHARIA (GRUPO VI)
ENGENHARIA (GRUPO VII)
ENGENHARIA (GRUPO VIII)
FARMÁCIA
FILOSOFIA
FÍSICA
FISIOTERAPIA
FONOAUDIOLOGIA
GEOGRAFIA
HISTÓRIA
LETRAS
MÚSICA
MATEMÁTICA
MEDICINA
MEDICINA VETERINÁRIA
NUTRIÇÃO
ODONTOLOGIA
PEDAGOGIA
PSICOLOGIA
QUÍMICA
SECRETARIADO EXECUTIVO
SERVIÇO SOCIAL
TEATRO
TERAPIA OCUPACIONAL
TURISMO
ZOOTECNIA

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 2
RENDA FAMILIAR DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
NOS CURSOS PARTICIPANTES (2º CICLO ENADE)

CURSOS	ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
ADMINISTRAÇÃO	33,8%
AGRONOMIA	32,9%
ARQUITETURA E URBANISMO	14,7%
ARQUIVOLOGIA	47,8%
BIBLIOTECONOMIA	49,5%
BIOLOGIA	47,9%
BIOMEDICINA	28,5%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	37,6%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	28,3%
CIÊNCIAS SOCIAIS	37,2%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	29,9%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	27,1%
DESIGN	23,5%
DIREITO	26,0%
EDUCAÇÃO FÍSICA	44,7%
ENFERMAGEM	43,6%
ENGENHARIA (GRUPO I)	20,4%
ENGENHARIA (GRUPO II)	16,6%
ENGENHARIA (GRUPO III)	15,1%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	21,5%
ENGENHARIA (GRUPO V)	19,6%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	19,3%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	26,0%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	39,5%
FARMÁCIA	28,6%
FILOSOFIA	52,1%
FÍSICA	45,7%
FISIOTERAPIA	30,8%
FONOAUDIOLOGIA	29,2%
GEOGRAFIA	57,5%
HISTÓRIA	54,8%
LETRAS	57,0%
MATEMÁTICA	55,9%
MEDICINA	6,2%
MEDICINA VETERINÁRIA	18,3%
MÚSICA	36,3%
NUTRIÇÃO	30,4%
ODONTOLOGIA	13,0%
PEDAGOGIA	59,9%
PSICOLOGIA	32,3%
QUÍMICA	43,7%
SECRETARIADO EXECUTIVO	42,9%
SERVIÇO SOCIAL	53,1%
TEATRO	41,0%
TERAPIA OCUPACIONAL	32,0%
TURISMO	38,1%
ZOOTECNIA	35,6%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 3
ESCOLARIDADE DO PAI E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE (2º CICLO DO ENADE)

CURSOS	PAIS COM ENSINO SUPERIOR	ESTUDANTES QUE NÃO TRABALHAM	FAIXA DE RENDA MAIS ALTA	MAIS BRANCOS	ENSINO MÉDIO PRIVADO
ADMINISTRAÇÃO	15%	18%	14%	66%	23%
AGRONOMIA	26%	72%	27%	71%	37%
ARQUITETURA E URBANISMO	45%	45%	42%	77%	58%
ARQUIVOLOGIA	18%	31%	11%	53%	23%
BIBLIOTECONOMIA	12%	31%	8%	50%	22%
BIOLOGIA	17%	42%	10%	64%	27%
BIOMEDICINA	27%	64%	25%	70%	43%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	11%	14%	9%	61%	17%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	28%	34%	24%	67%	41%
CIÊNCIAS SOCIAIS	24%	38%	18%	55%	34%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	24%	25%	19%	69%	32%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	35%	36%	24%	70%	48%
DESIGN	43%	46%	28%	75%	55%
DIREITO	31%	37%	26%	66%	41%
EDUCAÇÃO FÍSICA	18%	28%	13%	64%	24%
ENFERMAGEM	14%	49%	12%	63%	26%
ENGENHARIA (GRUPO I)	34%	36%	32%	70%	45%
ENGENHARIA (GRUPO II)	31%	30%	29%	72%	40%
ENGENHARIA (GRUPO III)	33%	34%	34%	75%	46%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	35%	55%	30%	74%	52%
ENGENHARIA (GRUPO V)	36%	45%	31%	75%	54%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	25%	29%	28%	71%	38%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	29%	47%	25%	71%	41%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	22%	68%	14%	64%	34%
FARMÁCIA	24%	54%	24%	73%	37%
FILOSOFIA	14%	40%	13%	60%	21%
FÍSICA	18%	40%	12%	56%	29%
FISIOTERAPIA	27%	67%	25%	68%	42%
FONOAUDIOLOGIA	28%	73%	27%	66%	45%
GEOGRAFIA	8%	26%	6%	53%	16%
HISTÓRIA	12%	27%	8%	54%	20%
LETRAS	10%	26%	6%	58%	16%
MATEMÁTICA	8%	23%	5%	58%	14%
MEDICINA	67%	92%	70%	76%	81%
MEDICINA VETERINÁRIA	42%	80%	42%	78%	54%
MÚSICA	30%	24%	15%	57%	33%
NUTRIÇÃO	25%	64%	25%	72%	41%
ODONTOLOGIA	45%	85%	50%	74%	60%
PEDAGOGIA	7%	21%	5%	57%	12%
PSICOLOGIA	26%	48%	19%	68%	38%
QUÍMICA	15%	38%	10%	64%	26%
SECRETARIADO EXECUTIVO	11%	21%	7%	59%	16%
SERVIÇO SOCIAL	9%	33%	8%	55%	18%
TEATRO	34%	41%	17%	64%	40%
TERAPIA OCUPACIONAL	29%	74%	25%	67%	48%
TURISMO	26%	36%	15%	62%	33%
ZOOTECNIA	25%	80%	24%	66%	42%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 4
COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

CURSOS	Branco(a)	Negro(a)	Pardo(a)/Mulato(a)	Amarelo(a) (de origem oriental)	Indígena ou de origem indígena	NR
ADMINISTRAÇÃO	65,8%	6,3%	24,4%	1,8%	0,7%	1,0%
AGRONOMIA	71,3%	3,6%	20,9%	2,4%	1,1%	0,6%
ARQUITETURA E URBANISMO	77,4%	2,5%	16,5%	2,5%	0,8%	0,4%
ARQUIVOLOGIA	52,5%	13,1%	31,9%	0,8%	0,8%	0,9%
BIBLIOTECONOMIA	50,3%	13,4%	31,9%	1,4%	1,4%	1,6%
BIOLOGIA	63,6%	5,9%	27,0%	1,7%	1,1%	0,7%
BIOMEDICINA	70,4%	4,7%	21,2%	2,3%	0,8%	0,5%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	61,3%	6,9%	28,4%	1,7%	0,6%	1,1%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	67,1%	5,8%	23,0%	2,1%	0,8%	1,2%
CIÊNCIAS SOCIAIS	54,8%	11,1%	28,4%	1,6%	2,1%	2,0%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	68,9%	5,2%	21,8%	2,6%	0,9%	0,6%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	70,3%	6,1%	19,8%	1,7%	0,9%	1,2%
DESIGN	74,5%	3,8%	15,0%	4,7%	0,9%	1,1%
DIREITO	65,8%	6,3%	24,3%	1,4%	0,9%	1,2%
EDUCAÇÃO FÍSICA	64,4%	8,3%	23,8%	1,5%	1,2%	0,7%
ENFERMAGEM	63,3%	6,8%	26,6%	1,6%	1,0%	0,7%
ENGENHARIA (GRUPO I)	70,3%	5,0%	21,8%	2,0%	0,7%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO II)	71,5%	4,3%	20,2%	3,0%	0,7%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO III)	75,1%	4,1%	17,1%	2,7%	0,7%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	73,8%	3,6%	18,8%	2,8%	0,8%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO V)	75,4%	3,6%	17,2%	2,7%	0,8%	0,3%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	71,4%	5,1%	20,2%	2,2%	0,8%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	70,7%	4,4%	21,1%	2,6%	0,6%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	64,1%	5,2%	27,4%	1,2%	1,2%	0,8%
FARMÁCIA	72,5%	3,6%	19,3%	3,1%	0,8%	0,7%
FILOSOFIA	59,8%	9,0%	26,9%	1,0%	2,3%	1,1%
FÍSICA	55,5%	8,5%	32,3%	1,8%	1,5%	0,4%
FISIOTERAPIA	68,1%	5,2%	22,6%	2,2%	1,0%	0,9%
FONOAUDIOLOGIA	66,3%	5,9%	24,2%	1,7%	1,1%	0,8%
GEOGRAFIA	52,9%	9,8%	33,8%	1,2%	1,5%	0,8%
HISTÓRIA	53,9%	11,3%	31,4%	1,1%	1,6%	0,7%
LETRAS	57,9%	8,5%	30,5%	1,3%	1,2%	0,6%
MATEMÁTICA	58,3%	8,2%	30,5%	1,5%	1,0%	0,5%
MEDICINA	75,9%	1,8%	18,2%	2,7%	0,6%	0,7%
MEDICINA VETERINÁRIA	78,2%	1,9%	16,6%	1,8%	0,8%	0,7%
MÚSICA	56,5%	10,6%	28,3%	1,5%	1,5%	1,6%
NUTRIÇÃO	72,1%	4,5%	19,7%	2,4%	0,7%	0,6%
ODONTOLOGIA	74,4%	2,5%	18,9%	2,7%	0,8%	0,8%
PEDAGOGIA	56,9%	9,7%	30,6%	1,4%	1,0%	0,4%
PSICOLOGIA	68,1%	6,0%	22,5%	1,5%	0,9%	1,0%
QUÍMICA	63,9%	7,1%	26,1%	1,8%	0,8%	0,3%
SECRETARIADO EXECUTIVO	59,3%	8,2%	28,2%	2,2%	0,7%	1,4%
SERVIÇO SOCIAL	54,7%	10,2%	31,5%	1,4%	1,4%	0,9%
TEATRO	64,4%	9,5%	22,0%	1,3%	1,9%	0,8%
TERAPIA OCUPACIONAL	67,3%	4,6%	23,8%	2,5%	0,8%	1,0%
TURISMO	61,5%	8,1%	25,9%	2,2%	1,3%	1,1%
ZOOTECNIA	66,2%	4,0%	26,4%	2,0%	0,9%	0,5%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 5
QUAL A FAIXA ETÁRIA MENSAL DE SUA FAMÍLIA?

CURSOS	Até 3 salários mínimos	Mais de 3 até 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	NR
ADMINISTRAÇÃO	33,8%	50,9%	13,9%	1,4%
AGRONOMIA	32,9%	38,6%	27,3%	1,2%
ARQUITETURA E URBANISMO	14,7%	42,5%	41,6%	1,2%
ARQUIVOLOGIA	47,8%	39,6%	11,3%	1,3%
BIBLIOTECONOMIA	49,5%	41,0%	7,8%	1,7%
BIOLOGIA	47,9%	40,4%	10,4%	1,2%
BIOMEDICINA	28,5%	45,2%	25,2%	1,1%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	37,6%	52,1%	9,3%	1,1%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	28,3%	46,1%	23,8%	1,8%
CIÊNCIAS SOCIAIS	37,2%	42,5%	18,0%	2,3%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	29,9%	50,5%	18,7%	0,9%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	27,1%	47,2%	23,8%	1,9%
DESIGN	23,5%	46,6%	27,8%	2,1%
DIREITO	26,0%	45,9%	26,4%	1,7%
EDUCAÇÃO FÍSICA	44,7%	40,6%	13,4%	1,3%
ENFERMAGEM	43,6%	42,9%	12,4%	1,1%
ENGENHARIA (GRUPO I)	20,4%	47,2%	31,9%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO II)	16,6%	53,5%	29,4%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO III)	15,1%	49,9%	34,4%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	21,5%	47,7%	29,8%	1,0%
ENGENHARIA (GRUPO V)	19,6%	49,1%	30,7%	0,7%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	19,3%	51,6%	28,4%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	26,0%	48,3%	24,6%	1,2%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	39,5%	44,9%	14,4%	1,2%
FARMÁCIA	28,6%	46,4%	23,8%	1,2%
FILOSOFIA	52,1%	32,6%	12,9%	2,3%
FÍSICA	45,7%	41,2%	12,0%	1,1%
FISIOTERAPIA	30,8%	42,8%	24,8%	1,6%
FONOAUDIOLOGIA	29,2%	42,5%	26,9%	1,4%
GEOGRAFIA	57,5%	34,1%	6,3%	2,1%
HISTÓRIA	54,8%	35,4%	8,1%	1,7%
LETRAS	57,0%	34,9%	6,4%	1,7%
MATEMÁTICA	55,9%	37,9%	5,1%	1,1%
MEDICINA	6,2%	22,8%	69,8%	1,2%
MEDICINA VETERINÁRIA	18,3%	38,1%	42,1%	1,5%
MÚSICA	36,3%	47,0%	15,2%	1,5%
NUTRIÇÃO	30,4%	43,4%	24,6%	1,5%
ODONTOLOGIA	13,0%	35,6%	49,9%	1,5%
PEDAGOGIA	59,9%	33,4%	5,1%	1,6%
PSICOLOGIA	32,3%	46,7%	19,4%	1,5%
QUÍMICA	43,7%	46,0%	9,5%	0,9%
SECRETARIADO EXECUTIVO	42,9%	49,4%	6,5%	1,2%
SERVIÇO SOCIAL	53,1%	36,9%	8,4%	1,6%
TEATRO	41,0%	40,7%	16,6%	1,6%
TERAPIA OCUPACIONAL	32,0%	41,5%	24,7%	1,8%
TURISMO	38,1%	45,5%	14,8%	1,5%
ZOOTECNIA	35,6%	39,8%	23,5%	1,2%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 6
QUAL O GRAU DE ESCOLARIDADE DE SEU PAI?

CURSOS	Nenhuma escolaridade	Ensino fundamental: de 1.a a 4. a série.	Ensino fundamental: de 5. a a 8. a série.	Ensino médio	Ensino superior	NR
ADMINISTRAÇÃO	4,9%	32,0%	16,4%	29,7%	15,3%	1,7%
AGRONOMIA	2,7%	20,9%	16,9%	32,8%	25,7%	1,1%
ARQUITETURA E URBANISMO	1,3%	11,2%	10,8%	31,3%	44,8%	0,6%
ARQUIVOLOGIA	5,8%	28,1%	16,3%	28,3%	18,4%	3,0%
BIBLIOTECONOMIA	6,7%	34,2%	13,5%	30,3%	11,9%	3,5%
BIOLOGIA	5,2%	28,1%	18,5%	29,7%	17,4%	1,1%
BIOMEDICINA	2,1%	16,1%	16,6%	37,4%	27,0%	0,7%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	6,0%	37,7%	17,2%	26,5%	10,9%	1,7%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	3,6%	21,5%	13,2%	31,9%	28,0%	1,8%
CIÊNCIAS SOCIAIS	5,4%	24,7%	14,7%	29,2%	24,0%	2,0%
COMPUTACAO E INFORMATICA	2,0%	19,3%	18,1%	35,5%	23,9%	1,2%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	2,2%	15,1%	11,9%	33,7%	35,3%	1,9%
DESIGN	1,3%	11,5%	10,2%	32,7%	42,5%	1,7%
DIREITO	4,5%	22,4%	11,4%	28,9%	30,8%	2,0%
EDUCAÇÃO FÍSICA	3,5%	24,8%	19,5%	32,9%	17,8%	1,5%
ENFERMAGEM	5,6%	30,8%	18,5%	30,4%	13,8%	1,0%
ENGENHARIA (GRUPO I)	2,4%	17,1%	13,9%	32,5%	33,7%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO II)	1,7%	16,8%	15,3%	34,9%	30,8%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO III)	1,5%	16,4%	14,9%	33,7%	33,0%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	1,6%	14,2%	13,7%	34,9%	35,3%	0,3%
ENGENHARIA (GRUPO V)	1,0%	14,6%	13,6%	34,0%	35,8%	1,0%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	1,8%	21,3%	17,4%	33,5%	25,3%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	2,1%	17,2%	15,0%	35,9%	28,7%	1,2%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	3,1%	21,0%	17,4%	34,9%	22,4%	1,3%
FARMÁCIA	2,7%	21,7%	16,9%	33,8%	23,9%	1,0%
FILOSOFIA	8,7%	38,3%	16,9%	20,9%	13,5%	1,8%
FÍSICA	5,5%	26,4%	17,9%	31,7%	18,0%	0,7%
FISIOTERAPIA	2,3%	18,2%	16,0%	35,8%	26,5%	1,3%
FONOAUDIOLOGIA	2,4%	17,6%	15,0%	35,2%	28,3%	1,5%
GEOGRAFIA	10,4%	40,3%	18,1%	21,6%	8,4%	1,3%
HISTÓRIA	10,7%	36,5%	17,2%	22,9%	11,5%	1,1%
LETRAS	9,1%	39,0%	18,6%	22,5%	9,6%	1,2%
MATEMÁTICA	8,6%	39,4%	20,5%	22,6%	7,7%	1,1%
MEDICINA	0,8%	4,7%	5,9%	21,0%	67,1%	0,5%
MEDICINA VETERINÁRIA	1,1%	10,5%	11,7%	33,9%	42,0%	0,7%
MÚSICA	4,0%	22,0%	13,3%	29,2%	29,6%	2,0%
NUTRIÇÃO	2,2%	20,1%	17,1%	34,1%	25,4%	1,1%
ODONTOLOGIA	1,1%	10,5%	10,3%	32,0%	44,9%	1,1%
PEDAGOGIA	11,6%	44,5%	16,9%	19,4%	6,7%	0,9%
PSICOLOGIA	3,9%	25,4%	13,1%	30,2%	25,8%	1,6%
QUÍMICA	5,0%	28,0%	19,5%	32,3%	14,6%	0,7%
SECRETARIADO EXECUTIVO	6,0%	33,8%	16,3%	31,1%	10,8%	2,0%
SERVIÇO SOCIAL	8,4%	39,0%	18,5%	24,0%	8,5%	1,6%
TEATRO	4,7%	18,3%	10,8%	29,5%	34,3%	2,3%
TERAPIA OCUPACIONAL	2,3%	17,4%	14,3%	36,1%	28,6%	1,3%
TURISMO	3,7%	21,6%	13,8%	33,1%	25,6%	2,2%
ZOOTECNIA	2,3%	17,8%	15,0%	38,3%	25,4%	1,1%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 7

QUAL O GRAU DE ESCOLARIDADE DE SUA MÃE?

CURSOS	Nenhuma escolaridade	Ensino Fundamental 1ª a 4ª	Ensino Fundamental 5ª a 8ª	Ensino Médio	Ensino Superior	NR
ADMINISTRAÇÃO	3,8%	28,6%	17,4%	31,9%	17,1%	1,2%
AGRONOMIA	1,6%	14,9%	14,6%	35,4%	32,5%	0,8%
ARQUITETURA E URBANISMO	1,0%	9,3%	10,4%	32,5%	46,4%	0,4%
ARQUIVOLOGIA	3,9%	30,0%	16,7%	30,4%	17,3%	1,7%
BIBLIOTECONOMIA	5,8%	30,4%	16,5%	31,3%	14,4%	1,7%
BIOLOGIA	3,7%	23,2%	17,7%	32,2%	22,6%	0,6%
BIOMEDICINA	1,5%	13,2%	14,9%	38,3%	31,4%	0,7%
CIÊNCIAS SOCIAIS	4,0%	20,7%	16,7%	31,6%	25,5%	1,5%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4,6%	34,0%	18,2%	29,6%	12,5%	1,1%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2,2%	18,8%	13,7%	34,5%	29,6%	1,2%
COMPUTACAO E INFORMÁTICA	1,4%	16,0%	17,6%	37,4%	26,8%	0,8%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	1,5%	12,6%	11,5%	35,0%	38,0%	1,3%
DESING	0,7%	10,2%	10,0%	33,2%	44,8%	1,1%
DIREITO	3,8%	19,9%	12,0%	30,6%	32,4%	1,4%
EDUCAÇÃO FÍSICA	2,9%	20,8%	18,5%	33,8%	22,7%	1,3%
ENFERMAGEM	4,9%	26,0%	17,5%	31,9%	19,0%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO I)	2,0%	14,5%	13,4%	34,6%	35,0%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO II)	1,6%	15,3%	15,6%	35,2%	31,9%	0,3%
ENGENHARIA (GRUPO III)	1,2%	14,9%	14,8%	34,4%	34,2%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	1,3%	11,6%	12,3%	35,2%	39,3%	0,3%
ENGENHARIA (GRUPO V)	0,8%	12,0%	14,2%	37,3%	34,9%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	1,7%	18,9%	17,2%	34,0%	27,6%	0,7%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	1,5%	14,1%	14,6%	36,3%	32,7%	0,7%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	1,5%	15,2%	15,1%	36,7%	30,6%	0,9%
FARMÁCIA	2,1%	18,1%	15,5%	34,7%	28,7%	1,0%
FILOSOFIA	8,0%	36,2%	17,4%	23,0%	14,6%	0,9%
FÍSICA	4,1%	22,3%	17,1%	34,2%	21,9%	0,4%
FISIOTERAPIA	1,8%	15,0%	15,2%	36,6%	30,2%	1,2%
FONOAUDIOLOGIA	1,5%	14,5%	15,8%	36,7%	30,6%	1,0%
GEOGRAFIA	8,1%	35,1%	19,1%	24,5%	12,5%	0,7%
HISTÓRIA	8,4%	33,2%	17,5%	25,6%	14,9%	0,5%
LETRAS	7,3%	34,6%	19,1%	25,3%	13,0%	0,7%
MÚSICA	3,2%	20,3%	12,1%	29,7%	33,3%	1,3%
MATEMÁTICA	6,7%	34,8%	20,6%	25,5%	11,9%	0,6%
MEDICINA	0,5%	2,7%	4,5%	25,8%	65,8%	0,7%
MEDICINA VETERINÁRIA	0,8%	7,9%	10,1%	34,5%	46,0%	0,7%
NUTRIÇÃO	2,0%	16,9%	16,1%	34,9%	29,0%	1,1%
ODONTOLOGIA	1,1%	8,0%	9,1%	35,0%	45,7%	1,1%
PEDAGOGIA	9,9%	41,5%	18,0%	21,8%	8,3%	0,4%
PSICOLOGIA	3,4%	22,5%	13,0%	31,4%	28,7%	1,0%
QUÍMICA	3,4%	24,1%	19,9%	34,3%	18,0%	0,3%
SECRETARIADO EXECUTIVO	4,1%	30,2%	18,0%	32,6%	13,9%	1,1%
SERVIÇO SOCIAL	7,4%	34,8%	18,6%	26,0%	12,0%	1,3%
TEATRO	3,6%	17,1%	10,4%	29,8%	38,0%	1,0%
TERAPIA OCUPACIONAL	1,5%	14,2%	12,4%	37,2%	33,8%	1,0%
TURISMO	2,7%	18,3%	13,0%	36,4%	28,2%	1,4%
ZOOTECNIA	1,0%	12,0%	14,0%	39,6%	32,6%	0,9%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 8
EM QUE TIPO DE ESCOLA VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO?

CURSOS	todo em escola pública	todo em escola privada (particular)	a maior parte em escola pública	a maior parte em escola privada (particular)	metade em escola pública e metade em escola privada (particular)	NR
ADMINISTRAÇÃO	62,8%	23,4%	5,8%	4,0%	3,2%	0,9%
AGRONOMIA	46,3%	37,3%	6,3%	6,4%	3,2%	0,6%
ARQUITETURA E URBANISMO	29,4%	57,9%	4,6%	5,3%	2,6%	0,2%
ARQUIVOLOGIA	66,4%	22,7%	4,3%	4,3%	1,3%	0,9%
BIBLIOTECONOMIA	64,4%	22,3%	5,9%	3,4%	2,8%	1,2%
BIOLOGIA	62,1%	26,8%	4,7%	3,8%	2,2%	0,4%
BIOMEDICINA	42,6%	43,2%	6,0%	5,3%	2,5%	0,4%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	70,7%	16,9%	5,6%	3,3%	2,7%	0,8%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	47,1%	41,0%	4,7%	4,2%	1,8%	1,2%
CIÊNCIAS SOCIAIS	50,7%	34,4%	5,7%	4,6%	2,9%	1,6%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	54,5%	32,0%	5,3%	4,9%	2,6%	0,6%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	39,3%	47,8%	4,4%	4,9%	2,6%	1,0%
DESIGN	33,6%	54,5%	4,0%	4,9%	2,2%	0,8%
DIREITO	41,8%	41,1%	6,8%	5,5%	3,8%	1,1%
EDUCAÇÃO FÍSICA	61,7%	23,7%	5,9%	4,5%	3,7%	0,6%
ENFERMAGEM	57,5%	26,3%	7,1%	4,6%	3,9%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO I)	42,0%	45,2%	5,1%	5,1%	2,3%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO II)	47,6%	40,3%	5,0%	4,6%	2,3%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO III)	42,9%	45,8%	4,5%	4,7%	2,0%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	37,3%	51,9%	4,3%	4,5%	1,8%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO V)	36,4%	53,5%	3,9%	4,4%	1,2%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	49,4%	38,1%	5,0%	4,8%	2,4%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	44,5%	41,1%	5,6%	5,6%	2,7%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	50,9%	34,3%	5,9%	5,8%	2,3%	0,7%
FARMÁCIA	47,0%	37,2%	6,6%	5,4%	3,2%	0,6%
FILOSOFIA	62,5%	20,6%	7,2%	4,5%	4,4%	0,7%
FÍSICA	60,6%	28,9%	4,7%	4,3%	1,4%	0,2%
FISIOTERAPIA	41,4%	42,4%	6,1%	5,6%	3,8%	0,7%
FONOaudiologia	40,6%	44,9%	5,1%	5,1%	3,6%	0,6%
GEOGRAFIA	72,1%	16,0%	5,4%	3,4%	2,6%	0,5%
HISTÓRIA	67,0%	20,1%	5,7%	3,6%	3,4%	0,3%
LETRAS	72,5%	16,3%	4,8%	3,1%	2,6%	0,5%
MATEMÁTICA	76,6%	14,1%	4,1%	2,8%	2,0%	0,4%
MEDICINA	10,5%	80,9%	2,8%	4,5%	1,0%	0,4%
MEDICINA VETERINÁRIA	28,4%	54,3%	6,2%	6,8%	3,6%	0,6%
MÚSICA	52,8%	32,6%	5,7%	4,9%	3,1%	0,9%
NUTRIÇÃO	45,4%	41,2%	5,4%	4,5%	3,0%	0,5%
ODONTOLOGIA	23,9%	59,6%	6,1%	6,7%	3,0%	0,8%
PEDAGOGIA	77,1%	12,0%	4,8%	2,5%	3,4%	0,2%
PSICOLOGIA	47,9%	37,7%	5,8%	4,4%	3,4%	0,8%
QUÍMICA	64,2%	25,9%	4,6%	3,5%	1,8%	0,1%
SECRETARIADO EXECUTIVO	70,9%	16,4%	5,4%	3,5%	3,1%	0,8%
SERVIÇO SOCIAL	66,2%	18,1%	6,8%	3,7%	4,5%	0,7%
TEATRO	46,4%	39,9%	5,6%	4,8%	2,2%	1,0%
TERAPIA OCUPACIONAL	37,9%	47,8%	5,9%	5,0%	2,9%	0,4%
TURISMO	51,9%	33,3%	5,5%	5,1%	3,4%	0,8%
ZOOTECNIA	42,3%	41,5%	6,2%	6,6%	2,9%	0,4%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 9

ASSINALE A SITUAÇÃO ABAIXO QUE MELHOR DESCREVE SEU CASO

CURSOS	não trabalho e meus gastos são financiados pela família	trabalho e recebo ajuda da família	trabalho e me sustento	trabalho e contribuo com o sustento da família	trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família	NR
ADMINISTRAÇÃO	17,6%	37,3%	15,2%	21,0%	8,1%	0,9%
AGRONOMIA	71,9%	16,6%	4,5%	4,1%	2,3%	0,5%
ARQUITETURA E URBANISMO	45,1%	35,1%	7,7%	8,8%	3,1%	0,2%
ARQUIVOLOGIA	31,3%	32,6%	10,5%	16,9%	7,7%	0,9%
BIBLIOTECONOMIA	30,9%	33,0%	9,5%	19,9%	5,5%	1,1%
BIOLOGIA	41,8%	28,6%	9,7%	15,6%	3,8%	0,5%
BIOMEDICINA	63,6%	20,8%	5,6%	7,8%	1,8%	0,4%
CIÊNCIAS SOCIAIS	38,1%	22,2%	13,3%	17,4%	7,2%	1,8%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	14,3%	36,0%	16,4%	23,4%	9,2%	0,7%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	33,7%	30,0%	14,0%	15,0%	6,2%	1,0%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	24,5%	35,8%	15,9%	17,2%	5,9%	0,6%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	36,1%	42,8%	8,2%	9,6%	2,4%	0,9%
DESING	45,6%	37,1%	7,2%	7,5%	1,8%	0,8%
DIREITO	36,5%	32,0%	9,5%	12,2%	9,0%	0,9%
EDUCAÇÃO FÍSICA	28,2%	40,4%	11,2%	15,3%	4,1%	0,7%
ENFERMAGEM	49,1%	22,3%	8,7%	15,0%	4,5%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO I)	35,6%	31,9%	12,6%	11,4%	8,4%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO II)	29,6%	28,8%	15,4%	16,0%	10,1%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO III)	33,5%	29,4%	15,2%	13,4%	8,2%	0,3%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	55,1%	25,5%	8,4%	7,8%	2,9%	0,2%
ENGENHARIA (GRUPO V)	45,1%	27,1%	14,8%	7,8%	4,8%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	29,1%	26,9%	16,0%	16,2%	11,2%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	47,3%	27,4%	9,5%	10,2%	4,8%	0,7%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	68,1%	18,0%	5,3%	4,9%	3,0%	0,7%
FARMÁCIA	54,4%	23,9%	7,3%	10,7%	3,0%	0,7%
FILOSOFIA	39,5%	18,2%	14,5%	16,9%	9,5%	1,5%
FÍSICA	39,6%	22,8%	12,9%	15,7%	8,7%	0,2%
FISIOTERAPIA	66,7%	19,6%	4,2%	7,1%	1,6%	0,7%
FONOAUDIOLOGIA	72,6%	15,0%	3,6%	7,1%	1,3%	0,4%
GEOGRAFIA	25,8%	25,7%	15,1%	23,6%	9,0%	0,7%
HISTÓRIA	27,2%	25,5%	14,0%	23,8%	9,2%	0,3%
LETRAS	25,6%	28,2%	12,7%	26,5%	6,4%	0,6%
MÚSICA	23,5%	38,6%	12,5%	15,9%	8,5%	1,0%
MATEMÁTICA	23,2%	27,7%	14,9%	23,7%	10,1%	0,5%
MEDICINA	91,7%	5,8%	1,0%	0,8%	0,4%	0,3%
MEDICINA VETERINÁRIA	80,2%	13,5%	2,2%	2,8%	0,8%	0,4%
NUTRIÇÃO	63,9%	21,4%	5,1%	7,5%	1,4%	0,7%
ODONTOLOGIA	84,6%	9,0%	2,3%	2,5%	1,0%	0,7%
PEDAGOGIA	20,7%	27,3%	12,4%	32,6%	6,6%	0,4%
PSICOLOGIA	48,2%	30,5%	6,9%	9,9%	3,8%	0,7%
QUÍMICA	37,6%	24,8%	13,6%	17,5%	6,3%	0,2%
SECRETARIADO EXECUTIVO	20,9%	39,4%	11,7%	23,3%	4,1%	0,7%
SERVIÇO SOCIAL	32,8%	27,8%	10,8%	22,3%	5,4%	0,9%
TEATRO	40,7%	35,8%	9,5%	9,4%	3,7%	0,8%
TERAPIA OCUPACIONAL	73,6%	16,0%	3,8%	4,4%	1,5%	0,8%
TURISMO	36,3%	38,6%	9,3%	11,7%	3,1%	1,0%
ZOOTECNIA	80,0%	12,2%	3,2%	2,9%	1,3%	0,4%

Fonte: MEC/Inep.

TABELA 10
SE VOCÊ TRABALHA OU JÁ TRABALHOU, QUAL É (OU FOI) A CARGA HORÁRIA APROXIMADA DE SUA ATIVIDADE REMUNERADA? (NÃO CONTAR ESTÁGIO E BOLSAS DE PESQUISA)

CURSOS	não trabalho / nunca exerci atividade remunerada	trabalho / trabalhei eventualmente	trabalho / trabalhei até 20 horas semanais	trabalho / trabalhei mais de 20 horas semanais e menos de 40 horas semanais	trabalho / trabalhei em tempo integral – 40 horas semanais ou mais	NR
ADMINISTRAÇÃO	23,7%	3,5%	3,6%	13,6%	54,6%	1,0%
AGRONOMIA	48,2%	9,2%	9,2%	11,4%	20,8%	1,2%
ARQUITETURA E URBANISMO	36,3%	7,3%	12,0%	15,5%	28,2%	0,7%
ARQUIVOLOGIA	51,6%	3,4%	6,2%	11,6%	26,5%	0,8%
BIBLIOTECONOMIA	52,9%	3,0%	4,7%	14,1%	24,1%	1,2%
BIOLOGIA	27,2%	6,5%	10,8%	15,7%	38,8%	0,9%
BIOMEDICINA	44,8%	6,6%	7,1%	15,0%	25,5%	1,0%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	18,4%	2,8%	3,0%	11,4%	63,5%	0,8%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	39,7%	3,9%	3,8%	13,3%	38,2%	1,1%
CIÊNCIAS SOCIAIS	23,1%	7,5%	11,0%	19,1%	37,5%	1,8%
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	17,9%	4,1%	7,4%	14,4%	55,3%	1,0%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	43,6%	7,0%	5,0%	14,2%	29,0%	1,1%
DESIGN	50,2%	8,7%	4,7%	10,3%	25,2%	0,9%
DIREITO	44,0%	5,0%	5,3%	13,6%	31,1%	0,9%
EDUCAÇÃO FÍSICA	16,3%	7,8%	14,8%	21,5%	38,4%	1,2%
ENFERMAGEM	29,6%	5,6%	6,7%	20,1%	36,9%	1,0%
ENGENHARIA (GRUPO I)	30,2%	5,7%	9,7%	13,6%	40,0%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO II)	23,6%	4,2%	6,6%	10,8%	54,4%	0,4%
ENGENHARIA (GRUPO III)	27,3%	5,2%	6,6%	9,9%	50,4%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO IV)	45,9%	6,1%	7,4%	10,8%	29,2%	0,5%
ENGENHARIA (GRUPO V)	38,9%	7,0%	6,7%	11,0%	35,6%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO VI)	22,3%	3,6%	4,9%	10,9%	57,6%	0,6%
ENGENHARIA (GRUPO VII)	35,7%	6,0%	9,3%	12,2%	36,0%	0,8%
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	45,6%	9,6%	9,9%	12,0%	21,6%	1,3%
FARMÁCIA	38,5%	5,4%	7,8%	14,5%	32,6%	1,1%
FILOSOFIA	18,3%	7,8%	10,8%	16,6%	45,2%	1,4%
FÍSICA	26,4%	8,5%	13,5%	16,2%	34,9%	0,5%
FISIOTERAPIA	42,8%	8,5%	9,2%	15,2%	22,9%	1,3%
FONOAUDIOLOGIA	44,5%	8,5%	9,5%	16,2%	19,8%	1,5%
GEOGRAFIA	14,2%	6,2%	14,0%	17,7%	46,9%	1,0%
HISTÓRIA	14,9%	6,3%	13,0%	18,5%	46,5%	0,9%
LETRAS	12,8%	6,4%	14,5%	20,3%	44,9%	1,1%
MATEMÁTICA	13,2%	5,4%	11,6%	18,6%	50,4%	0,7%
MEDICINA	76,6%	8,7%	5,7%	4,2%	3,7%	1,0%
MEDICINA VETERINÁRIA	53,9%	10,2%	8,1%	11,6%	15,2%	1,0%
MÚSICA	23,1%	20,3%	20,5%	18,3%	16,9%	0,9%
NUTRIÇÃO	41,1%	6,9%	8,5%	15,4%	26,9%	1,4%
ODONTOLOGIA	64,7%	8,0%	6,3%	7,9%	11,8%	1,2%
PEDAGOGIA	9,7%	5,1%	14,7%	21,4%	48,2%	0,9%
PSICOLOGIA	53,8%	6,0%	5,3%	11,6%	22,5%	0,7%
QUÍMICA	25,4%	5,5%	8,9%	13,7%	46,0%	0,5%
SECRETARIADO EXECUTIVO	31,6%	3,1%	3,7%	13,2%	47,5%	1,0%
SERVIÇO SOCIAL	16,2%	5,7%	9,0%	18,3%	49,4%	1,5%
TEATRO	37,3%	24,4%	10,4%	12,6%	14,7%	0,6%
TERAPIA OCUPACIONAL	45,8%	9,3%	10,2%	12,6%	20,8%	1,4%
TURISMO	41,3%	7,3%	4,3%	13,8%	32,3%	1,0%
ZOOTECNIA	51,0%	10,3%	8,7%	11,3%	17,6%	1,1%

Fonte: MEC/Inep.

DILVO RISTOFF

Professor dos Programas de Mestrado em Administração Universitária e de Gestão e Métodos de Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina. Autor dos livros *Construindo Outra Educação* (2011), *John Updike's Rabbit at Rest: Appropriating History* (2008), *Neo-realismo e a Crise da Representação* (2003), *Universidade em Foco: Reflexões sobre a Educação Superior* (1999), *Updike's America* (1988), entre outros. Foi Presidente do Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep e Diretor de Educação Básica da Capes. Um dos fundadores da revista *Avaliação*, da qual é Editor Adjunto.

